Julho/Agosto 1983

Editado pela Fundação Nacional prόMemória
Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Secretaria da Cultura
Ministério da Educação e Cultura
Setor Comercial Norte - Quadra 2 - Bloco K - CxP. 04-0150
70.710 - Brasília - DF

SPHAN 25

prόMemória

ISSN 0101-3467

CEARÁ

Aquiraz, preservando a arquitetura popular



MARCUS DE LAMONICA/FNPM

Vista do Mercado da Carne de Aquiraz, expressivo exemplar da arquitetura popular brasileira que está sendo restaurado pela SPHAN/prόMemória, através da 3.ª Diretoria Regional.



RODRIGUES NETO/FNPM



MARCUS DE LAMONICA/FNPM

O madeiramento do telhado do Mercado é de carnaúba, madeira típica da região (foto à esquerda). Ao lado, vista parcial dos alpendres que contornam o núcleo central do Mercado.

A SPHAN/próMemória, através da 3.ª Diretoria Regional, vem intensificando a sua atuação no Ceará com a realização de significativas obras no campo da preservação do acervo arquitetônico daquele Estado, que, se não apresenta a riqueza, a monumentalidade tradicional, consagrada, do barroco mineiro, por exemplo, não perde em importância para este, pois constitui-se em expressão do caráter regional, indispensável, portanto, para a formação da memória nacional.

Dentre as obras que a SPHAN/próMemória executa no Estado, uma se destaca pela singularidade: a restauração do Mercado da Carne de Aquiraz, antiga capital da Província do Ceará, distante cerca de 30 quilômetros de Fortaleza (SPHAN n.º 20, pág. 20). O Mercado é um dos mais expressivos, importantes e raros exemplares da arquitetura popular do país, segundo o Arquiteto José Liberal de Castro, ex-representante do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional no Ceará, função a que foi indicado por Rodrigo Mello Franco de Andrade, primeiro Diretor do órgão.

Com seu núcleo central ladeado por alpendres e um telhado montado sobre uma estrutura de carnaúba, em formato piramidal, cujo vértice apóia-se a uma coluna de alvenaria, o Mercado da Carne é exemplo da criatividade popular, pois deposita nas características de sua construção o elemento principal da região, que é a carnaúba participando diretamente da estrutura construtiva, numa solução original, eficiente e, principalmente de baixo custo. Tal método deve ser preservado e revitalizado não só por constituir testemunho da inventividade do povo, como também por representar solução para habitações de populações de baixa renda.

A preservação do Mercado da Carne de Aquiraz é indício claro da ampliação da ação do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na medida em que ao tombá-lo (o processo foi aprovado recentemente pelo Conselho Consultivo da SPHAN) e providenciar a sua imediata restauração, coloca-o no mesmo nível de importância dos monumentos do citado barroco mineiro e de tantos outros acervos arquitetônicos espalhados pelo país. Com essa ação, o Patrimônio realiza na prática o discurso no sentido de que a cultura brasileira não pode ser entendida em seu conjunto se não for levado em consideração o vasto acervo de bens culturais não consagrados, não tradicionais, existentes no país.

No entender de Liberal de Castro, a elevação do Mercado da Carne de Aquiraz a monumento nacional indica o longo caminho percorrido pelo Patrimônio, "porque entre a Igreja de São Francisco, em Ouro Preto, e o Mercado há uma diferença muito grande, o que, no entanto, não impede que ambos sejam considerados monumentos nacionais".

USO

As obras de restauração do Mercado da Carne estão sendo executadas diretamente pela SPHAN/próMemória, através da 3.ª Diretoria Regional, e contam com o apoio da Prefeitura Municipal de Aquiraz, que já tem definido o uso que dará ao imóvel, de sua propriedade - restaurado, o espaço do Mercado abrigará uma escola comunitária, visando ao atendimento de crianças carentes do Município, dentro do "Projeto Casulo".

As lojas que circundam o Mercado, edificadas em forma de "L", deverão ser restauradas numa segunda etapa, para que, futuramente, venham a abrigar atividades estritamente comunitárias, tais como cursos de datilografia, corte e costura, artesanato, como é intenção da Prefeitura. Para que possa colocar em prática esse seu plano, a Administração Municipal pretende desapropriar as lojas, oferecendo aos seus proprietários um novo espaço para os seus estabelecimentos.

Em número de 14, cinco das quais de propriedade da Prefeitura Municipal, as lojas foram igualmente tombadas pelo Patrimônio, pois formam com o Mercado um conjunto harmonioso e inseparável para os efeitos de conservação. Os proprietários das lojas foram notificados do tombamento, como manda a legislação, e apenas um deles, Antônio Elias Filho, recorreu da decisão, solicitando a impugnação do ato do Conselho Consultivo da SPHAN, que, no entanto, não acolhendo os argumentos apresentados em carta, manteve o tombamento.



MARCUS DE LAMONICA/FNPM

As lojas circunvizinhas ao Mercado da Carne também foram tombadas e deverão ser restauradas futuramente, para abrigarem atividades comunitárias, conforme intenção da Prefeitura Municipal de Aquiraz.

Segundo o Prefeito Carlos Augusto Matos Pires, a comunidade apóia integralmente a ação da SPHAN/próMemória com relação ao Mercado da Carne, "pois tem conhecimento, consciência, de que a recuperação do imóvel só vai trazer benefícios para a cidade, e, conseqüentemente, para ela própria". Conta o Prefeito que a ação imediata do Patrimônio, tombando a edificação e providenciando a sua restauração, foi fundamental para que isso viesse a ocorrer, "constituindo-se em agradável surpresa para todos nós de Aquiraz, que tínhamos o Patrimônio como um órgão moroso em suas funções".

Carlos Augusto disse, ainda, que já manteve um primeiro contato com alguns proprietários de lojas circunvizinhas ao Mercado e que a reação à idéia de desapropriação foi favorável. "A Prefeitura - afirmou - expôs o seu plano para o conjunto das lojas e mais o Mercado, e o pessoal compreendeu a importância de sua execução para a comunidade. A recepção foi tão boa que um dos donos chegou a deixar a critério da Prefeitura o preço a ser oferecido pela sua loja. Acho que atingiremos o nosso objetivo. A Prefeitura não pretende criar problemas para nenhum dos proprietários, pois ofereceremos um novo espaço para seus estabelecimentos no mercado atual, que deveremos ampliar".

Outro aspecto deve ser destacado na restauração do Mercado da Carne: além dos benefícios que trará para a comunidade, a obra é fonte geradora de emprego, pois, à exceção do mestre-de-obras, que é de Fortaleza, todos os demais operários envolvidos nos trabalhos de recuperação do imóvel são de Aquiraz.

A CIDADE

Primeira capital da Província do Ceará, Aquiraz integra a Região Metropolitana de Fortaleza, juntamente com Maranguape, Caucaia e Pacatuba. O Município ocupa uma área de 546 quilômetros quadrados e concentra uma população de aproximadamente 45500 habitantes, que vivem basicamente da agricultura, da pesca ou do trabalho nas indústrias de telhas, manilhas, tijolos, aguardente, de ração balanceada e/ou redes.

A sua origem remonta ao século XVII, quando foi criada a Vila da Capitania do Ceará por ordem régia de 13 de fevereiro de 1699, mas que só veio a ser instalada no início de 1700, obedecendo a uma ordem emitida pelo Governo de Pernambuco, ao qual Ceará era subordinado.

Contam que, em razão de uma imagem de São José ter aparecido misteriosamente no lugar, o que contribuiu para que o povo passasse a celebrar cultos e devoções ao Santo, a Vila recebeu o nome de São José de Ribamar do Aquiraz.

O processo de colonização e de ocupação que já se fazia sentir naquela época trouxe novos habitantes a nova povoação que crescia mais e mais e atraía gente de todos os recantos, movimentando o comércio e estimulando as atividades produtivas como um todo.

Assim, uma velha dúvida entre instalar a Sede dos Poderes da Capitania em Vila Velha (Barra do Ceará) ou em Aquiraz foi desfeita no ano de 1713, por um alvará, retificado em 11 de outubro de 1721 e confirmado a 11 de março de 1725, quando determinava-se também a criação do Município de Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção.

A partir de então verificou-se um crescimento vertiginoso para a época, e então foram criadas condições de segurança através de um destacamento enviado para Aquiraz com o intuito de manter a ordem, e mais toda uma infra-estrutura comércio-manufatureira para garantir a normalidade dos negócios e da região.

Somente com a desvinculação da Capitania do Ceará do Governo de Pernambuco, sob a ordem es-

SPHAN 25
próMemória

tabelecida no alvará de 17 de janeiro de 1799, e com a nomeação do Chefe de Esquadra Bernardo Manuel de Vasconcelos para seu primeiro Governador, é que a Vila de Fortaleza passou a ser a sede do Governo e, conseqüentemente, chamando para si todas as benesses de uma capital.

A história do Ceará está diretamente ligada à história de Aquiraz e vice-versa. Assim, a "Terra da Gente" - significado da palavra Aquiraz, como querem alguns estudiosos - ao perder a sua posição de capital de Estado não perdeu, contudo, a sua importância histórica.

No entender do Arquiteto Liberal de Castro, sob o ponto de vista arquitetônico, "Aquiraz vale mais pelo conjunto, no qual restam raras casas do núcleo setecentista, assim mesmo muito mal conservadas. Entre elas deve ser citado o pequeno grupo de moradias na face oeste da Praça da Matriz (Casa do Capitão-mor) e algumas outras poucas, no lado sul, quase sempre modificadas. Destas, uma que fica em frente à fachada lateral do Museu, de porta e janela, com beiral em cachorro de madeira, parece ainda possuir elementos originais, e deve datar, o mais tardiamente, de começos do século passado".

Icó, acervo arquitetônico catalogado

A 3.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, com o apoio de um grupo de estudantes de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, inventariou e documentou fotograficamente os bens imóveis de Icó, com o objetivo de formular, provavelmente no próximo ano, uma proposta de tombamento do acervo arquitetônico daquela cidade.

O conjunto arquitetônico de Icó é tido como significativo do ponto de vista regional e manteve-se relativamente conservado por força do isolamento da cidade, que, ao contrário de muitas outras do interior, não é *cortada* por estrada de rodagem - no caso de Icó, a BR 116 passa por fora do perímetro urbano, fazendo com que o seu crescimento - principalmente em função do comércio - se desse no sentido de *encostar* na estrada, diminuindo, assim, a pressão sobre a parte antiga, que, dessa forma, manteve-se mais ou menos intacta.

A atividade agrícola também concorreu para a manutenção do acervo arquitetônico de Icó, no entender do Arquiteto Liberal de Castro. "As terras do Vale do Jaguaribe são ricas para a produção agrícola, na base da irrigação. Numa época de seca, os arredores de Icó ficam verdes; isso fez com que se criasse uma atividade agrícola que não perturba muito a cidade, ao contrário de outros núcleos que passam por um princípio de industrialização"

Ainda segundo Liberal de Castro, "as modificações sofridas pelo conjunto arquitetônico de Icó se deram mais por uma visão ingênua de modernização da população local. A arquitetura de Icó é toda, de um modo geral, do século XIX, apesar da cidade ter-se desenvolvido na metade do século XVIII. Durante o século XIX, esse conjunto foi ampliado, modificado e refeito, mas guardando sempre uma unidade, que se mantém até hoje".

O trabalho executado em Icó, como explica o Diretor Regional da SPHAN/próMemória, Domingos Linheiro, é uma complementação à documentação realizada pela Faculdade de Arquitetura da UFCE, que há muito tempo vem registrando as edificações antigas do Ceará, num trabalho idealizado pelo ex-representante do Patrimônio no Estado, Liberal de Castro, profissional que, à época de estudante no Rio de Janeiro, como freqüentador da Biblioteca do Patrimônio, no Palácio da Cultura, manteve um constante relacionamento com os funcionários do órgão, acabando por ser convidado pelo Diretor Rodrigo Mello Franco de Andrade para ser uma espécie de representante do Patrimônio no Ceará, como ele próprio conta. Liberal detém um conhecimento profundo acerca da questão patrimonial cearense, principalmente no que se refere ao aspecto arquitetônico, e tem registrado esse conhecimento em duas publicações: *Pequena Informação relativa à Arquitetura Antiga no Ceará* e *Fatores de Localização e de Expansão da Cidade de Fortaleza*.

Além do apoio dos estudantes de Arquitetura da UFCE, Domingos Linheiro destaca o interesse da comunidade e da Prefeitura Municipal de Icó pelo trabalho de documentação do conjunto arquitetônico da cidade. "O Prefeito Aldo Monteiro, ex-Secretário de Cultura do Município, nos deu um auxílio significativo, na medida em que se interessa pela preservação da cidade, como núcleo histórico".



DOMINGOS LINHEIRO-FNPM

Vista parcial do casario de Icó, cidade do interior cearense que reúne importante conjunto arquitetônico a nível regional.



DPHA/CE

A Casa de Câmara e Cadeia de Quixeramobim, monumento tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (foto), deverá, em breve, ser restaurada pela SPHAN/próMemória em convênio com o Governo do Estado do Ceará, de acordo com o projeto elaborado pela Divisão do Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. No andar superior pretende-se o funcionamento da Câmara Municipal. O pavimento inferior deverá ser utilizado para múltiplas atividades culturais e provavelmente terá uma mostra de marcas de ferros utilizadas para marcar o gado, pois Quixeramobim é centro de povoamento dos sertões do Ceará, feito à base da pecuária extensiva.

A Casa de Câmara e Cadeia, edificada por um construtor açoriano entre 1818 e 1832, é uma construção em que se misturam, na composição da coberta, elementos populares com francos sinais de tardia influência oriental, solução tantas vezes observada na arquitetura luso-brasileira antiga (em Pequena Informação relativa à Arquitetura Antiga no Ceará, *de José Liberal de Castro).*

Açude do Cedro, tombamento em estudo



DOMINGOS LINHEIRO-FNPM

Vista parcial da barragem principal do Açude do Cedro, vendo-se ao fundo a chamada "Pedra da Galinha Choca", gigantesca formação rochosa que se destaca das demais por sua aparência zoomórfica. O Açude do Cedro está localizado no Município de Quixadá, a 160 quilômetros de Fortaleza.

A SPHAN deverá, em breve, proceder a um tombamento inédito: o do Açude do Cedro, localizado no Município de Quixadá e construído por decisão do Governo Imperial, após o impacto da grande seca de 1877-79. O processo encontra-se em fase de estudos na Diretoria de Tombamento e Conservação e, futuramente, entrará na pauta de discussões do Conselho Consultivo para ser examinado.

O Açude do Cedro, compreendendo a bacia hidráulica, barragem principal e terras a montante e jusante, constitui propriedade da União, administrada pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas-DNOCS. Há tempos, a SPHAN, através da 3.ª Diretoria Regional, vinha mantendo contatos com essa repartição federal objetivando a preservação daquele complexo paisagístico, até que, em março passado, por ocasião da visita do Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, a Fortaleza, (SPHAN n.º 23, pág. 18), a proposta de tombamento foi discutida com José Oswaldo Pontes, Diretor-Geral do DNOCS, tendo o mesmo se manifestado inteiramente favorável.

O DNOCS, além de concordar com a preservação da área, pretende no futuro, com o apoio da SPHAN/próMemória, estabelecer um uso compatível com a importância do local, para as antigas oficinas e almoxarifados, após à devida restauração.

Dois aspectos devem ser levados em consideração para se proceder ao tombamento do Açude do Cedro, no entender do Arquiteto Domingos Linheiro, Diretor Regional da SPHAN (3.ª DR): o histórico, em função do pioneirismo da obra e das dificuldades que tiveram de ser vencidas para sua construção e pela decisão histórica do Governo Imperial de fazê-la construir; e o paisagístico, considerando-se a admirável paisagem, constituída pelo grande espelho d'água do açude com a presença de gigantescos monólitos - dentre os quais se destaca por sua aparência zoomórfica, a chamada "Pedra da Galinha Choca" -, ainda mais valorizada pela grande obra da barragem principal.

Na área denominada de jusante, que compreende as terras por onde se tem acesso à barragem principal, localiza-se parte do sistema de irrigação do Cedro, primeira rede de canais de irrigação levada a efeito no Brasil, projetada (1899) e construída pelo Engenheiro Chefe da Comissão de Açudes e Irrigação, Bernardo Piquet Carneiro. A referida área deverá, na opinião de Linheiro, ser incluída no tombamento como área de proteção ambiental ao complexo barragem principal/bacia hidráulica.

DESCRIÇÃO E HISTÓRICO

O açude compreende cinco barragens fechando o vale do rio Sitiá, no lugar denominado Cedro, situado a seis quilômetros a montante da cidade de Quixadá. Das cinco barragens, duas são de alvenaria e três de terra revestida com grandes blocos de rocha granítica (sienito).

O Cedro se insere num inconfundível quadro paisagístico, compreendendo área de curiosa beleza no relevo geográfico, valorizada pela intervenção humana, já que a obra possui relevante importância histórica, técnica e artística. Está localizado no Município de Quixadá, assentando-se a uma distância de 160 quilômetros de Fortaleza.

Toda a região em que se ergue a cidade de Quixadá se caracteriza pela ocorrência de relevo geográfico em *inselberg*, gigantescos afloramentos sieníticos isolados.

O trecho de maior valor da barragem do açude foi levantado entre dois desses morros, objetivando represar o rio Sitiá. Dele se descortina paisagem admirável, seja pela magnitude do espelho d'água do açude que se perde ao longe, limitado por um contorno de serras distantes, seja pelo balizamento mais próximo, proporcionado pelos monólitos.

No que se refere propriamente à barragem, vale ressaltar que constitui, no gênero, a primeira obra pública de vulto a ser erguida no país. Figura como tentativa inicial de responder ao clamor nacional, gerado pelas conseqüências trágicas da violenta seca do "Setenta e sete" (1877-79). O Ceará, desde 1845, praticamente desconhecia fortes estiagens, de modo que, desabando a seca em 1877 de maneira inesperada sobre uma Província que vinha conhecendo alentado progresso, provocou total desorientação.

Decidida que a ação governamental deveria caracterizar-se pelo volumoso represamento da água nos sertões durante os anos chuvosos, logo se pensou em construir grandes açudes públicos. Das obras então sugeridas, foi projetado apenas o Açude do Cedro, cujos estudos preliminares datam de 1882, efetuados pelo Engenheiro inglês Jules Revy, especialmente contratado pelo Governo Imperial. Após seguidos contratempos, que levaram à suspensão das obras e posterior revisão do projeto por parte do Engenheiro Ulrico Murça, em 1889, a barragem teve sua obras concluídas em 1906, já na República, sob orientação do Engenheiro Bernardo Piquet Carneiro.

Em sua *História das Secas/Séc* XX (págs. 203-7), o Engenheiro Tomaz Pompeu Sobrinho assim descreve a construção do Cedro: "Os efeitos terríveis da grande seca de 1877-79 impressionaram de tal modo a Nação que o Governo Imperial, por ato de 7 de dezembro de 1877, nomeou uma comissão de profissionais, para, no Ceará, estudar os meios de garantir às populações água suficiente para o seu abastecimento e para o serviço de lavoura. Composta dos mais notáveis engenheiros e homens da ciência de então, chegou a Fortaleza no dia 13 de janeiro de 1878, sob a chefia do Engenheiro austríaco Julius Pinkas. Depois de percorrer o interior da então Província, a comissão apresentou um relatório em que propunha a construção de 30 açudes para a retenção das águas pluviais e conseqüente irrigação dos campos agricultiváveis. Além disso, aconselhava outras medidas de ordem econômica, mais ou menos bem ajustadas às condições locais. Dissolvida em 22 de junho de 1878, o Governo Imperial encarregou o profissional inglês J.J. Revy de estudar, no Ceará, os melhores locais para a construção de alguns grandes açudes. Este engenheiro reconheceu e estudou três locals: Itacolomi, na parte setentrional da serra de Ibiapaba; Lavras, no sul da Província; e Quixadá, cujo projeto organizou, no centro da Província. Em 1884, foi determinada a construção deste último, confiada a uma comissão, cujo chefe era o próprio Engenheiro Revy. Discussões no seio da comissão construtora deram em resultado a sua dissolução em 6 de maio de 1886. As obras conseqüentemente ficaram paradas. Porém a seca calamitosa de 1888 levou o Governo Imperial a organizar nova comissão, confiada ao Engenheiro Revy. Depois de muitas dificuldades e vicissitudes, as obras ficaram concluídas em 1906. O transporte de máquinas pesadas, de cimento, madeiras e outros materiais na distância de cerça de 100 quilômetros entre a ponta dos trilhos da Estrada de Ferro de Baturité, então, na estação de Canoa (Aracoiaba) e o local das obras no Cedro (Quixadá) exigiu a construção de uma boa estrada de rodagem em que trafegava um trem especial, composto de um trator a lenha, rebocando alguns carros. Este sistema deu excelentes resultados".

SPHAN 25
prôMemória

"O projeto primitivo fora modificado pelo Engenheiro Ulrico Murça que sucedera a Revy e foi dispensado em 1889, com o novo regime. Levara Murça a construção quase ao termo. Vítima de um acidente, foi substituído sucessivamente pelos Engenheiros Cunha Figueiredo e Piquet Carneiro. Este último, tendo como Engenheiros-ajudantes João Nogueira e Tomás Pompeu Sobrinho, concluiu a barragem principal, projetou e executou uma pequena rede de canais de irrigação (...)".

"O serviço de irrigação ou distribuição d'água pelas glebas cultivadas foi iniciado pelo engenheiro construtor, que desde o começo, a título de experiência, preparou alguns campos a jusante da barragem em terras públicas e forneceu água a diversos particulares, proprietários de terras compreendidas na bacia de irrigação. Os resultados foram a princípio muito animadores, mas, com a continuação, sendo largos trechos das terras servidas muito salitrados, a irrigação aí, sem o corretivo simultâneo da drenagem e dos necessários cuidados, concorreu para a concentração de sais nas camadas superficiais do solo, tornando-o pouco produtivo e muitas vezes completamente estéril. Ao Engenheiro Piquet Carneiro não ocorreu a necessidade de projetar um serviço de drenagem concomitantemente com a da irrigação, como é imprescindível nas terras semi-áridas. Esta falta inexplicável ocasionou sérios prejuízos aos proprietários das terras da bacia de irrigação. Mas, mesmo com este grave inconveniente, as terras servidas pela irrigação experimentaram uma extraordinária valorização. É que, embora com um forte teor de álcalis, o solo se presta ainda bem para o cultivo de certas gramíneas forrageiras, cuja produção abundante e perene, ou durante todo o ano, é de considerável importância para os criadores de gado, que disputam aqueles sítios a peso de ouro (...)".

Com a criação da antiga Inspectoria de Obras Contra as Secas em 1907, o açude (bacia hidráulica) passou a ser administrado diretamente por aquela repartição, imitando-se a União na posse de toda a gleba a respectivas benfeitorias.

Monumentos de Fortaleza, um programa para sua preservação

A Fundação Nacional prôMemória e a Prefeitura Municipal de Fortaleza celebraram um protocolo de intenções com o objetivo de viabilizar um programa de preservação dos monumentos tombados existentes no Município e a definição dos seus entornos.

Segundo o protocolo firmado, a prôMemória vai fornecer orientação técnica à Prefeitura e aos responsáveis ou proprietários dos monumentos toda vez que desejarem fazer (ou se tornarem indispensáveis) as obras de restauração; dará assessoria técnica à Prefeitura na elaboração de normas de uso e ocupação do solo no entorno dos monumentos tombados a nível federal e orientará a Prefeitura e os proprietários dos imóveis no caso de construções pretendidas no entorno dos monumentos tombados.

No entender do Diretor Regional da SPHAN/prôMemória, Domingos Linheiro, o protocolo com a Prefeitura Municipal vai possibilitar uma ampla discussão no sentido de uma revisão da legislação do uso do solo no centro da cidade de Fortaleza, onde está localizado o maior número de monumentos tombados a nível federal, como o Teatro José de Alencar.

"A Prefeitura tem interesse em revitalizar o centro histórico de Fortaleza, e nós, do Patrimônio, discutimos e mostramos ao Prefeito a nossa preocupação com o entorno dos monumentos tombados a nível federal, pois no centro da cidade o gabarito para construções é liberado, e o local vem sendo sistematicamente degradado. Através desses contatos com a Prefeitura, chegamos à conclusão que seria proveitoso um trabalho conjunto, o que resultou no protocolo de intenções, do qual a prôMemória participa como órgão de assessoramento à Prefeitura", diz Linheiro.

Para o Diretor Regional, o protocolo perderá o sentido caso a legislação do uso do solo no centro da capital cearense não venha a ser revista. "Mesmo que o entorno de um monumento localizado no centro seja definido, corremos o risco de ter ao seu lado um edifício de 20 andares, por exemplo, já que o gabarito no local é liberado", explica.

A área central de Fortaleza vem sendo sistematicamente destruída a partir da década de 30, conforme relata o Arquiteto Liberal de Castro. "Fortaleza foi uma cidade remodelada com o passar dos tempos, mas essa remodelação, até 1930, era harmoniosa, havia uma integração formal entre o velho e o novo. Mas, a partir de 30, tem início a destruição. Pelas fotografias pode-se verificar que a cidade antiga foi praticamente toda destruída; era uma cidade que tinha uma aparência harmoniosa, muito elegante, mas que foi desaparecendo gradativamente".

Na sua opinião a preservação de uma cidade é uma questão muito complexa, "pois está ligada ao problema da posse da terra. A posse faz com que para a população, para o proprietário o que interessa é o terreno em que está o edifício e não o edifício. Para o proprietário, o valor do imóvel é uma colocação puramente intelectual e até romântica muitas vezes. Então, no meu entender, preservar uma edificação, um núcleo histórico é muito diferente, mais complexo, do que preservar outras formas de memória cultural, como por exemplo, uma velha canção perdida numa cidade do interior, um jogo infantil, uma atividade lúdica qualquer"

Liberal explica que o processo de destruição de Fortaleza ocorreu, em diferentes proporções, com todas as cidades brasileiras. "As áreas históricas correspondiam ao centro das cidades, onde se deu a chamada renovação urbana. Essas áreas passaram a ter um alto valor, e os antigos sobrados, edifícios de dois, três pavimentos passaram, gradativamente, a ceder lugar aos espigões. Esse processo foi-se multiplicando, degradando os centros das cidades, tornando-os extremamente caóticos".

Outro fator concorreu para a degradação do centro de Fortaleza, no entender de Liberal de Castro: a retirada dos símbolos do poder do local. "Esses símbolos, quando mantidos no centro das cidades, concorrem para que o centro mantenha uma certa dignidade. Em Fortaleza, esses símbolos foram, praticamente, todos retirados do centro e levados para um bairro grã-fino, o que acabou por criar duas Fortalezas distintas, uma realmente cearense e outra, digamos assim, internacional, onde estão os grandes hóteis, grandes lojas, etc., isolada fisicamente da primeira, um gueto ao contrário, de luxo"

A retirada do poder da área central de Fortaleza não foi acompanhada de providências no sentido



MARCUS DE LAMONICA/FNPM

Trecho do centro de Fortaleza, comprometido pela desordenada renovação urbana desencadeada a partir de 1930, que praticamente destruiu a parte antiga da capital cearense.

MARCUS DE LAMONICA FNPM



Ao lado, o Teatro José de Alencar, o mais importante monumento de Fortaleza e o único, em seu gênero, preservado integralmente. Na foto abaixo, o edifício da antiga Assembléia Legislativa, onde se sobressai o pórtico em pedra liós, portuguesa. O imóvel deverá ser restaurado em breve, por meio de convênio a ser firmado entre a Fundação Nacional próMemória e o Governo do Ceará.

de preencher esse centro com atividades revitalizadoras, principalmente as que permitissem uma vida noturna, porque, como explica Liberal de Castro, o problema de cidades praianas como Fortaleza, Rio, Recife'' , é o deserto em que se transforma o centro urbano à noite, pois a população tende a deslocar o seu lazer para as proximidades do mar, o que é natural. O mesmo não ocorre por exemplo com São Paulo, Curitiba, Belo Horizonte, onde o centro tem sempre interesse; nessas cidades, quando o centro fica congestionado, cria-se outro, que *joga* nas mesmas condições de ambientação com o antigo''.

''Com o abandono do centro - prossegue Liberal - vem a invasão do local por marginais, tornando-o extremamente perigoso. Os cinemas do centro de Fortaleza vivem vazios, pois é perigoso freqüentá-los à noite, devido aos assaltos. Quer dizer, o centro da cidade perde a sua função durante à noite, mesmo porque, ele é praticamente todo ocupado por agências bancárias e comércio, o que é uma morte do ponto de vista da vida urbana, na minha opinião''.

MONUMENTOS

São quatro os monumentos históricos tombados a nível federal localizados no centro histórico de Fortaleza:

Teatro José de Alencar - magnífica obra arquitetônica, inaugurada na primeira década do século, o Teatro consta de dois corpos que se interligam por uma passarela: no da frente, junto à Praça José de Alencar, funcionam, no térreo, os cômodos de recepção, e, no pavimento superior, o *foyer*; no corpo interno estão a platéia e o palco. Por sua composição, diferente das casas congêneres, e principalmente pelo sistema construtivo empregado na platéia, uma impressionante estrutura metálica importada da Escócia, desenhada em arquitetura eclética, na qual avulta o frontispício interno de inconfundível risco *art noveau*, o Teatro José de Alencar não apenas constitui o mais importante conjunto arquitetônico da capital mas um dos mais notáveis do país, mesmo porque, dos remanescentes no gênero,

MARCUS DE LAMONICA FNPM



é o último, de alto valor, preservado integralmente. Obra de autoria coletiva, no projeto e na execução do Teatro intervieram inúmeros artistas e técnicos, entre os quais se poderiam assinalar os arquitetos e engenheiros anônimos da Walter Mac Farlane Co., de Glasgow, que projetaram e fundiram a estrutura metálica da platéia, o Capitão-Engenheiro cearense Bernardo José de Mello, construtor do Teatro e projetista do bloco do *foyer*, o Arquiteto mineiro Herculano Ramos, projetista da caixa do palco e autor dos cenários, além de vários pintores, tais como o carioca Rodolfo Amoedo (nascido na Bahia), a quem se deve a alegoria da boca de cena, e os cearenses, responsáveis pela pintura decorativa da casa, Jacinto Mattos, Ramos Cotoco e Antônio Rodrigues, os dois últimos conhecidíssimas figuras da história da boemia fortalezense (em *Pequena Informação relativa à Arquitetura Antiga no Ceará*, de José Liberal de Castro).

Passeio Público - obra do último quartel do século XIX, época em que a cidade conheceu um dos períodos de desenvolvimento material e cultural

SPHAN 25
próMemória

mais florescentes. Na composição do parque prevaleceu o espírito neoclássico da época, evidenciado principalmente na estatuária que o ornamenta. A implantação, sobranceira ao mar, em belvedere, se inscreve na formulação brasileira do problema, à moda do da Bahia ou do Rio de Janeiro, este feito por influência do Passeio lisboeta, de fins do setecentos (influência, diga-se, quanto às aspirações de vida social, não no que se refere à implantação urbana). Os jardins, outrora famosos e formosos, estão quase abandonados há muito tempo; neles, entretanto, permanece impávido um baobá centenário, plantado pelo Senador Pompeu (em *Pequena Informação relativa à Arquiietura Antiga no Ceará*, de José Liberal de Castro).

Assembléia Legislativa - antiga Assembléia Provincial, inaugurada em 1871, após demorado período de obras, a cargo do Arquiteto Adolfo Herbster, provável autor do projeto. Trata-se de edifício de risco erudito com correta linha neoclássica, de que se sobressai o elegante pórtico em pedra liós, portuguesa (em *Pequena Informação relativa à Arquitetura Antiga do Ceará*, de José Liberal de Castro). O imóvel, ocupado atualmente pela Academia Cearense de Letras, deverá, em breve, passar por obras de restauração, de acordo com projeto elaborado pela Divisão do Patrimônio Histórico da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará, sob a supervisão da SPHAN/próMemória, através da 3.ª Diretoria Regional.



MARCUS DE LAMONICA/FNPM



MARCUS DE LAMONICA/FNPM

Na foto acima, a antiga sede do DNOCS que vai ser restaurada para abrigar o Museu da Tecnologia do Combate às Secas. Ao lado, a Casa onde nasceu José de Alencar, no Sítio do Alagadiço Novo. Abaixo, vista do Passeio Público, monumento tombado no centro de Fortaleza.

Imóvel à Rua Pedro Pereira n.º 683 - antiga sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - DNOCS e que deverá abrigar o Museu da Tecnologia do Combate às Secas (SPHAN n.º 23, pág. 18).

Nos arredores da capital, na Messejana, está situado outro monumento tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: a *Casa de Nascimento de José de Alencar* - localiza-se em terras do antigo Sítio Alagadiço Novo, outrora pertencente ao Senador Alencar e hoje propriedade da Universidade Federal do Ceará, que ali construiu instalações para um moderno centro de estudos. Uma casa maior, hoje inexistente, onde residiam os Alencares, erguia-se ao lado da casinha onde nasceu o romancista. No Sítio subsistem, entretanto, ruínas do antigo engenho, o primeiro do Ceará a receber energia a vapor. A pequena casa de Alencar, independentemente de seu valor histórico-sentimental, tem alto significado arquitetônico, pois documenta o processo evolutivo do emprego da carnaúba como material de cobrimento, informando-nos do estádio atingido nos primeiros anos do século passado, ainda em fase de transição técnica, quando deve ter sido construída (em *Pequena Informação relativa à Arquitetura Antiga no Ceará*, de José Liberal de Castro).



MARCUS DE LAMONICA/FNPM

Oeiras, Piauí:
Comunidade tem de volta monumentos restaurados

A comunidade de Oeiras, o mais antigo núcleo populacional do Piauí, recebeu de volta, no dia 15 de agosto passado, totalmente restaurados, três dos mais importantes monumentos históricos do Estado: a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, o Sobrado do Major Selemérico e o Palácio Episcopal. O Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, e o Governador Hugo Napoleão fizeram a entrega à população dos monumentos, ato do qual participaram, também, o Prefeito de Oeiras, Benedito de Carvalho Sá, o Secretário de Cultura, Desportos e Turismo do Piauí, Jesualdo Cavalcante Barros, o Cardeal-Primaz do Brasil, Dom Avelar Brandão Vilela, o Bispo de Oeiras-Floriano, Dom Edilberto Dinkelborg, e outras autoridades estaduais e municipais.

A devolução dos monumentos ocorreu por ocasião da comemoração dos 250 anos de inauguração da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, Padroeira da cidade, e dos 43 anos de tombamento do templo pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a 15 de agosto de 1940.

Os três monumentos foram restaurados pela Fundação Cultural do Piauí, órgão da Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo do Estado, com recursos provenientes de convênio firmado entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, a Fundação Nacional próMemória e a Secretaria de Cultura, Desportos e Turismo, com interveniência da Secretaria da Cultura do MEC.

Em pronunciamento, o Secretário Marcos Vilaça disse sentir-se "feliz em ter cumprido o acordo firmado com o Governo do Piauí e com a comunidade de Oeiras(...)".

"Tudo tem o seu tempo", disse mais, completando: "agora é chegado o tempo do povo de Oeiras lançar mãos destas obras, cuidando-as e preservando-as, dando-lhes o sopro da vida(...)".

Discursaram, também, o Governador Hugo Napoleão, o Bispo de Oeiras, o Prefeito Municipal, o Secretário de Cultura, Desportos e Turismo, e o Deputado Estadual Juarez Tapety. Todos foram unânimes em afirmar que a antiga capital do Piauí possui um dos mais belos perfis arquitetônicos do Estado e, por isso mesmo, deve ser preservada para que os vários prédios de valor histórico ali existentes possam ser conservados.

Após os pronunciamentos foram assinados os termos de compromisso para a manutenção dos imóveis. Em seguida foi realizado o lançamento do carimbo comemorativo dos 250 anos da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória. A solenidade de devolução, ocorrida no Palácio Episcopal, teve seqüência na visita à igreja e ao Sobrado do Major Selemérico.

Por toda a noite, os oeirenses fizeram uma seresta pelas principais ruas da cidade, reunindo um grande número de participantes.

OS MONUMENTOS

Localizada no Centro Histórico de Oeiras, em sua área mais significativa, a Praça Nossa Senhora da Vitória, a Igreja Matriz é o primeiro templo regular do Piauí e a mais antiga igreja de todo o Estado. Sua construção data de 1733, sendo erigida no local da primeira ermida, inaugurada em 2 de março de 1697, um ano após a criação da Freguesia de Nossa Senhora da Vitória, por Dom Frei Francisco de Lima, Bispo de Pernambuco, no Brejo da Mocha.



ARQUIVO SPHAN

"A própria cidade é, bem podemos dizer, um presente da Igreja de Nossa Senhora da Vitória", diz Dagoberto Carvalho Júnior, ex-Presidente do Instituto Histórico de Oeiras, em artigo publicado na Revista *Presença*, da Secretaria de Cultura do Piauí.

"Criada a Freguesia em 1696, definiu-se o povoamento. Em 1712, veio a Vila da Mocha que se instalou solenemente em 26 de dezembro de 1717. No ano seguinte criou-se a Capitania. Em 1758 nomeou-se o primeiro Governador. Em 13 de novembro de 1761 impôs João Pereira Caldas, investido nessa função a 29 de setembro de 1759, o nome Oeiras à Vila da Mocha. Homenageava assim o Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, então Conde de Oeiras, depois Marquês de Pombal. À capitania deu Pereira Caldas o nome de São José do Piauí, em honra de S.M. o Senhor Dom José. Oeiras foi capital do Estado até 1852(...)".

O Sobrado do Major Selemérico ocupa posição de destaque no Centro Histórico da cidade por sua grande volumetria e imponência. Possui dois pavimentos e imensa área de proteção. Vai abrigar o Museu e Instituto Histórico de Oeiras, cuja manutenção ficará a cargo do Governo do Estado. Trata-se do antigo Palácio de Zacarias de Góis e Vasconcelos, Presidente da Província do Piauí de 23 de julho de 1845 a 7 de setembro de 1847.

O Palácio Episcopal, antigo Sobrado Nepomuceno, é monumento tombado desde 1939. Localiza-se na Praça Visconde de Parnaíba. Construído em dois pavimentos, constitui-se no mais importante exemplar da arquitetura civil da primeira metade do século XIX, em Oeiras. Abrigará o Museu de Arte Sacra da cidade, cuja manutenção ficará a cargo, juntamente com a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, da Diocese de Oeiras. Pouco se sabe a respeito deste imóvel; apenas que, desde fins do século XIX, pertenceu à família Ferraz. Anos depois, adquirido pela Intendência Municipal, serviu-lhe de sede já na terceira e quarta décadas do século atual. Em 1929, era o Grupo Escolar Costa Alvarenga. O nome Nepomuceno é uma homenagem ao seu construtor e primeiro proprietário João Nepomuceno Castelo Branco. Externamente, o prédio mantém suas características arquitetônicas originais; internamente, adaptou-se, nos anos 40, às novas funções de residência episcopal.



ARQUIVO SPHAN

Na foto acima, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Vitória, que no dia 15 de agosto completou 250 anos de fundação e 43 anos de tombamento. Ao lado, o Sobrado do Major Selemérico, imponente imóvel situado no Centro Histórico de Oeiras.

SPHAN 25
próMemória

No INL, a preservação da bibliografia brasileira

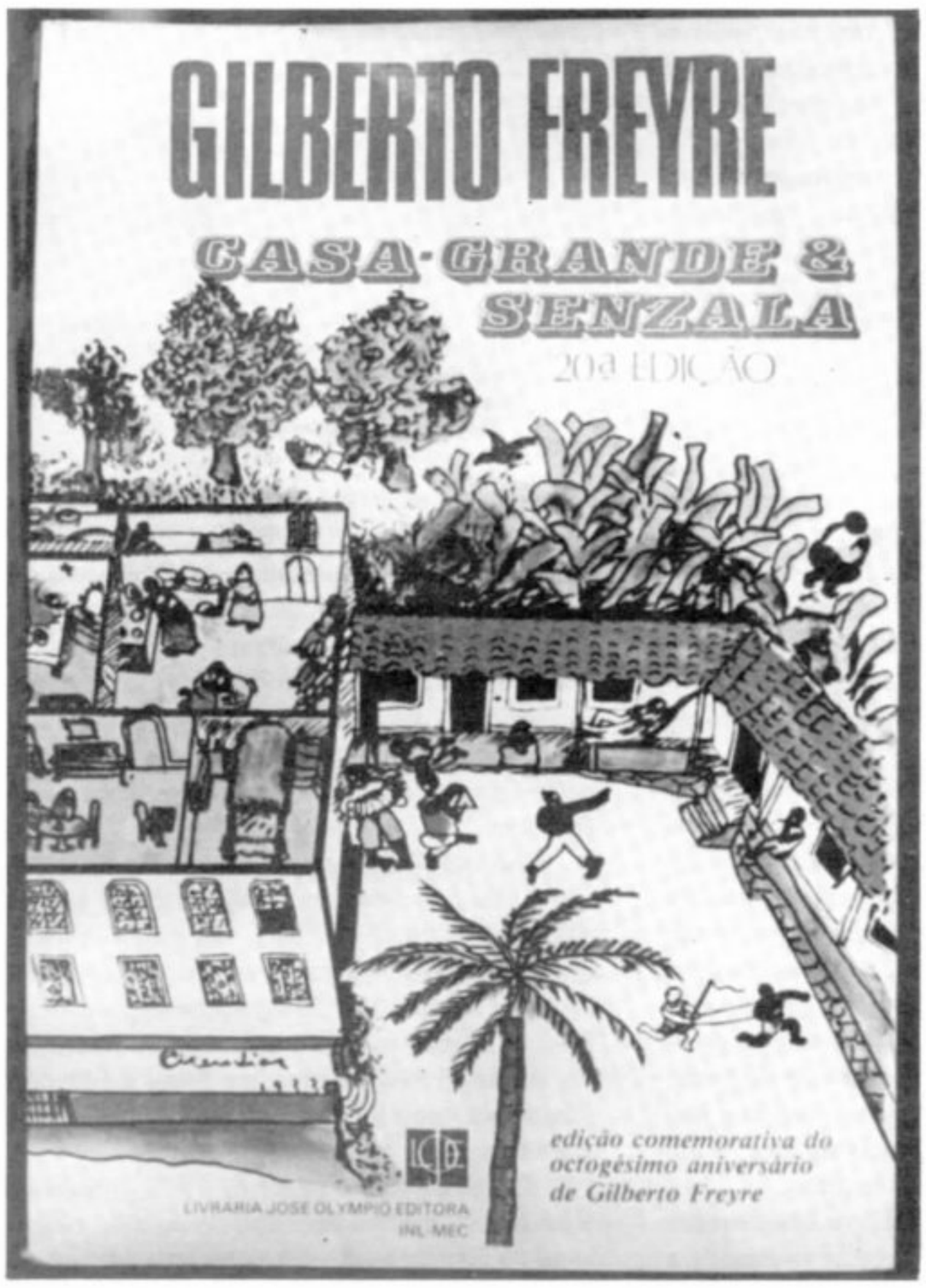
"Se não houvesse o Instituto Nacional do Livro, a cultura brasileira encontrar-se-ia em fase de estagnação no que concerne ao livro como veículo de cultura, ou mesmo, em período de inculturação."

Arthur Cezar Ferreira Reis (Sessão do Conselho Federal de Cultura, 09.07.83).

O Instituto Nacional do Livro enfrenta, num país de dimensões continentais, grandes carências e o ainda significativo índice de analfabetismo, o desafio de estimular o hábito de leitura e divulgar o livro brasileiro. Criado em 1937 e incorporado à Fundação Nacional próMemória, em outubro de 1981, o INL atua em duas grandes áreas: a da co-edição de livros e a da coordenação do Sistema Nacional de Bibliotecas.

Inicialmente as atividades do INL compreendiam a edição de obras raras, pelo próprio Instituto, e a compra, às editoras nacionais, de livros previamente submetidos à aprovação, com vista ao atendimento de bibliotecas públicas, sob a forma de doação. Durante um certo período, o INL teve sob a sua responsabilidade a execução dos programas de livro didático, em seus diversos níveis, inclusive o livro-texto do ensino superior, ou seja, o livro didático universitário.

A partir de 1976, o INL reajustou-se às suas finalidades específicas de órgão de cultura, resumidas nos seguintes pontos: 1 — promover a publicação de obras raras, consideradas essenciais da cultura brasileira; 2 — promover a publicação de obras de interesse cultural; 3 — adotar medidas visando a colocar no mercado, a preço econômico, as obras por ele publicadas, em regime de co-edição com as editoras brasileiras; 4 — desenvolver atividades que estimulem a formação de hábitos de leitura; 5 — criar e dar assistência a bibliotecas em todo o território nacional: 6 — promover o levantamento cadastral das bibliotecas brasileiras; 7 — desenvolver atividades com vista ao treinamento e qualificação de pessoal capacitado ao funcionamento adequado das bibliotecas; e 8 — adotar medidas que conduzam ao incentivo da criação literária, não apenas promovendo a publicação de livros de autores novos, como também através dos seus tradicionais concursos literários.



ARQUIVO INL

O sistema de co-edição com as editoras brasileiras foi a grande novidade introduzida no conjunto das atividades iniciais do INL.



ARQUIVO INL

As co-edições são incorporadas aos acervos da rede de bibliotecas do INL e, também, colocadas nas livrarias, para venda ao público em geral.

CO-EDIÇÃO

A grande novidade, introduzida no conjunto das atividades iniciais do INL, consistiu na implantação do sistema de co-edição, com as editoras brasileiras, sem solução de continuidade para as edições próprias realizadas pelo órgão, assim como para a compra direta, às editoras, de livros que, não co-editados pelo Instituto, sejam de interesse para o acervo das unidades da rede de bibliotecas a que o Instituto dá assistência bibliográfica e técnica, em todo o território nacional.

O mecanismo do sistema de co-edição consiste no seguinte: anualmente, o Instituto estabelece suas prioridades editoriais, levando sempre em conta o interesse em resguardar o acesso dos leitores à bibliografia básica brasileira. Os editores inscrevem os livros que pretendem co-editar com o Instituto, observadas as prioridades editoriais estabelecidas. Essas prioridades se estabelecem em função da demanda da clientela da rede de bibliotecas do Instituto, nos gêneros ficção, poesia, literatura infantil, com ênfase na área de estudos brasileiros. Nesta área, aliás, o Instituto vem promovendo um trabalho de verdadeira recuperação cultural, visto que obras básicas da cultura brasileira se achavam esgotadas, fora do alcance dos leitores das novas gerações e também dos pesquisadores. Há alguns anos registrou-se uma impressionante evasão de grandes coleções de livros dessa área, bibliotecas inteiras especializadas, que eram vendidas principalmente para os Estados Unidos, havendo hoje, na Biblioteca do Congresso, em Washington, talvez a maior brasiliana do mundo. Nos últimos seis anos, graças à ação do INL, essas obras estão sendo reeditadas,

incorporadas aos acervos de sua rede de bibliotecas e, também, sendo colocadas nas livrarias, ao alcance do público.

"Em sua maioria", lembra o atual Diretor do INL, o escritor Herberto Sales, "essas obras não oferecem sensível atração comercial, motivo pelo qual os editores não as reeditariam sem o apoio substancial do Instituto. Não quer isto dizer que o Instituto deixe de incentivar, sempre através do sistema de co-edição, o surgimento de novos autores, cujos livros dificilmente seriam editados, no sistema convencional de edições, justamente por se tratar de autores que poderiam representar, para o editor, uma aventura."

COMO FUNCIONA A CO-EDIÇÃO

Cada obra inscrita, pelo autor ou pela editora, é examinada por peritos, que são escritores, críticos, professores e ensaístas consagrados, os quais a aprovam ou rejeitam, conforme o valor intrínseco. Aprovada a obra pelos peritos, o INL estuda a viabilidade de sua co-edição, de acordo com as prioridades básicas (Estudos Brasileiros e Literatura Brasileira), com a sua adequação às bibliotecas filiadas ao INL, e sujeita aos limites orçamentários do exercício.

Decidida a viabilidade da publicação da obra, o INL solicita orçamento gráfico e editorial à editora, estuda-o e faz a proposta da tiragem (total e a do INL), do preço de capa e do desconto do INL. Estando de acordo a editora, assina-se um contrato de co-edição, no qual o INL se compromete a adquirir, no mínimo, 50% da tiragem global, além de adiantar ao editor, mediante apresentação das últimas provas tipográficas do livro, 40% do valor do seu investimento, sendo o restante pago após a entrega dos exemplares. É um incentivo à produção editorial também.

O INL adquire, então, parte da tiragem para distribuição às bibliotecas com ele conveniadas, e a editora pode comercializar sua tiragem a preço econômico, devido à participação do INL, que permite o aumento da tiragem e conseqüentemente a redução do custo editorial.

PROGRAMA NACIONAL DE BIBLIOTECAS

O Programa Nacional de Bibliotecas do INL, de que é parte integrante o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, desenvolve uma série de atividades regulares, tais como: celebração de convênios com as Prefeituras Municipais para instalação de bibliotecas públicas e salas de leitura; treinamento regular de pessoal responsável pelo funcionamento das bibliotecas públicas municipais; promoção de encontros regionais dos representantes estaduais do Instituto, para avaliação periódica das atividades bibliotecárias; levantamento cadastral de todas as bibliotecas brasileiras, e não apenas das que mantêm convênio com o Instituto.

Em convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o INL publicou o *Guia das Bibliotecas Brasileiras*, um grosso volume com mais de 1000 páginas, em que são cadastradas mais de 15000 bibliotecas, contendo nos verbetes as seguintes informações: área; dependência administrativa; acervo em livros e folhetos; número de consultas; número de empréstimos; e classificação.

Desenvolvido a partir de 1977, o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas do INL, objetivando a instalação de uma biblioteca pública em cada município brasileiro, já beneficiou 23 Estados do Brasil.

BIBLIOTECAS MÓVEIS

Além das 2800 bibliotecas com as quais mantém convênio em todo o território brasileiro, dando assistência técnica e bibliográfica, o INL também desenvolve um projeto de carros-biblioteca, utilizando para isso Kombis especialmente adaptadas, que possuem estantes internas com capacidade para 1000 volumes, além de serviço de alto-falantes, através dos quais conclama o públiço. Esses carros-biblioteca têm como objetivo o atendimento das populações da periferia urbana e também das regiões economicamente carentes. Dá ênfase também à assistência ao aluno de 1.º grau das populações suburbanas e rurais.

"Trata-se, na verdade, de bibliotecas abertas e comunitárias, que se deslocam seja em Kombis, vagões, canoas e até mesmo caixas para atender comunidades extremamente carentes de periferia urbana e zonas rurais", explica Emir Suaden, Diretor Adjunto do INL.

Além do empréstimo de livros, os carros-biblioteca proporcionam outras atividades, com a finalidade de incentivar o hábito de leitura. Dentre essas atividades está a "Hora do Conto", quando um bibliotecário, ou um estagiário de biblioteconomia, reúne as crianças e lê para elas histórias, motivando-as para comentários sobre os principais fatos ou personagens da história lida. Outras atividades desenvolvidas pelos carros-biblioteca: teatro de fantoches, teatro de sombras, palestras, exibições de filmes educativos e atendimento aos não-alfabetizados.

PRÊMIOS LITERÁRIOS

No seu propósito de premiar os valores consagrados, e também de incentivar a criação literária e cultural do país através do livro, o INL mantém sempre atuante a sua política de concessão de prêmios.

São os seguintes os prêmios do INL, com revezamento anual de gêneros:

Prêmios Literários Nacionais — destinados a obras publicadas e inéditas nos seguintes gêneros, anualmente assim agrupados: Poesia e Conto; Biografia e Romance; História e Ensaio Literário;

Prêmio de Literatura Infantil — conferido bienalmente, nos anos pares, à obra inédita. Este prêmio é concedido em duas etapas sucessivas, a uma única obra, a saber: premiação do texto e premiação das ilustrações do texto premiado, inclusive capa.

Prêmio de Biblioteconomia e Documentação — conferido anualmente à melhor obra inédita, sob forma monográfica ou ensaística, que tenha por objetivo qualquer tema das disciplinas da Biblioteconomia e da Documentação, relacionadas com o Brasil.

FERNANDO BIZERRA



Os carros-biblioteca procuram atender às comunidades carentes, através do empréstimo de livros e outras atividades, objetivando incentivar o hábito de leitura.

FERNANDO BIZERRA



Os serviços bibliotecários do INL, em Brasília, apóiam e coordenam mais de 2500 bibliotecas em todo o país.

SPHAN 25
próMemória

Breve histórico do órgão

O Instituto Nacional do Livro foi criado pelo Decreto-Lei n.º 93, de 21 de dezembro de 1937, por transformação do Instituto Cairu, que, por sua vez, fora criado em janeiro daquele mesmo ano.

Ao objetivo do Instituto Cairu de organizar e publicar a *Enciclopédia brasileira* e o *Dicionário da língua nacional*, revendo-lhes as sucessivas edições, o INL acrescentou o de contribuir, de maneira direta e eficiente, para o desenvolvimento cultural do país, editando toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional promovendo as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país, bem como facilitar a importação de livros estrangeiros, e incentivando a organização e auxiliando a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional.

Além dos serviços gerais de administração, o INL se constituía de um Conselho de Orientação e três seções técnicas: Seção da Enciclopédia e do Dicionário, Seção das Publicações e Seção das Bibliotecas.

Ao Conselho de Orientação, composto de cinco membros nomeados pelo Presidente da República, cabia elaborar o plano de organização da *Enciclopédia brasileira* e do *Dicionário da língua nacional*, bem como dar parecer sobre as medidas que deviam ser tomadas para que os objetivos do INL fossem conseguidos.

Com sede no 4.º andar do prédio da Biblioteca Nacional, o INL teve como primeiro diretor o escritor Augusto Meyer, cuja gestão se prolongou pelo espaço de dezoito anos. Enquanto Augusto Meyer se encontrava regendo a cadeira de Estudos brasileiros na Universidade de Hamburgo, esteve a substituí-lo, de 1954 a 1955, o escritor Adonias Filho. Em 1956 foi nomeado o Sr. José Renato Santos Pereira, em cuja gestão foi inicida a publicação da *Revista do Livro*. De 1961 a 1967 a direção do órgão foi novamente ocupada por Augusto Meyer, seguindo-se-lhe o General Umberto Peregrino (1967-1970), a escritora Maria Alice Barroso (1970-1974) e o escritor Herberto Sales, que se encontra dirigindo o INL desde 1974.

Com o objetivo de atualizar e ampliar as atribuições do INL, assim como dar-lhe um regime administrativo mais flexível que possibilitasse uma atuação eficiente, foi criada, em 1960, a cargo do INL, a Campanha Nacional do Livro, à qual foi dada a liberdade de tomar quaisquer iniciativas que visassem à difusão do livro brasileiro, no país e no exterior.

Em 1967 o Presidente da República transferia para o INL as atividades culturais constantes do Regimento do Serviço de Documentação do MEC.

As incorporações continuaram. Em 1968 foram transferidos para o INL o acervo material e o pessoal da Biblioteca da Secretaria de Estado da Educação e Cultura, do Estado da Guanabara. No mesmo ano, foi-lhe incorporado o Serviço Nacional de Bibliotecas.



FERNANDO BIZERRA

Sede do Instituto Nacional do Livro, em Brasília. O INL foi criado pelo Decreto-Lei n.º 93, de 21 de dezembro de 1937.

Em 1970 iniciava-se no INL o sistema de co-edição com editoras brasileiras e foi designada uma Comissão de Leitura e Seleção de livros a serem adquiridos pelo INL para distribuição às bibliotecas nele registradas.

Com a extinção da COLTED (Comissão do Livro Técnico e Didático), do MEC, em 1971, passou para a competência do INL o incentivo, a orientação, a coordenação e a execução das atividades do MEC, relacionados com a produção, a edição, o aprimoramento e a distribuição de livros técnicos e didáticos. Extinto também, no mesmo ano, o GEIL (Grupo Executivo da Indústria do Livro), seus programas e recursos foram transferidos para o INL.

Em 1972 a sede do INL foi transferida para Brasília e foram criadas a Assessoria do Livro Literário, para coordenar as publicações do INL, as co-edições de livros literários e a concessão de prêmios, e a Assessoria do Livro Didático, para a publicação do livro didático.

Reestruturado em 1973, o INL passou a atuar sob novo regimento interno. Foram extintas a Seção da Enciclopédia e do Dicionário, a Seção de Publicações e a Assessoria Cultural, criando-se, no Rio de Janeiro, a Seção Cultural.

Em 1976 foram transferidos para a FENAME os programas do livro didático, cuja execução, até então, estava a cargo do INL. Tal medida decorreu da necessidade de uma redefinição das atividades dos órgãos dedicados à Cultura e dos órgão dedicados à Educação, do MEC. Passou o INL, então, a compreender, além da área de apoio administrativo, a Coordenação do Livro Cultural e o Programa de Bibliotecas.

Pela Portaria Ministerial n.º 585, de 29 de outubro de 1981, o INL foi incorporado à Fundação Nacional próMemória, da Secretaria da Cultura do MEC.

Pela Determinação n.º 71 de 27 de maio de 1983, o Presidente da Fundação Nacional próMemória aprovou o novo Regimento Interno do Instituto Nacional do Livro, que passou a ter a seguinte estrutura: 1.Diretoria; 2.Divisão de Serviços Editoriais e atividades culturais; 3.Divisão de Serviços Bibliotecários; 4.Biblioteca Demonstrativa; 5.Divisão Administrativa; 6.Agências de Representação.

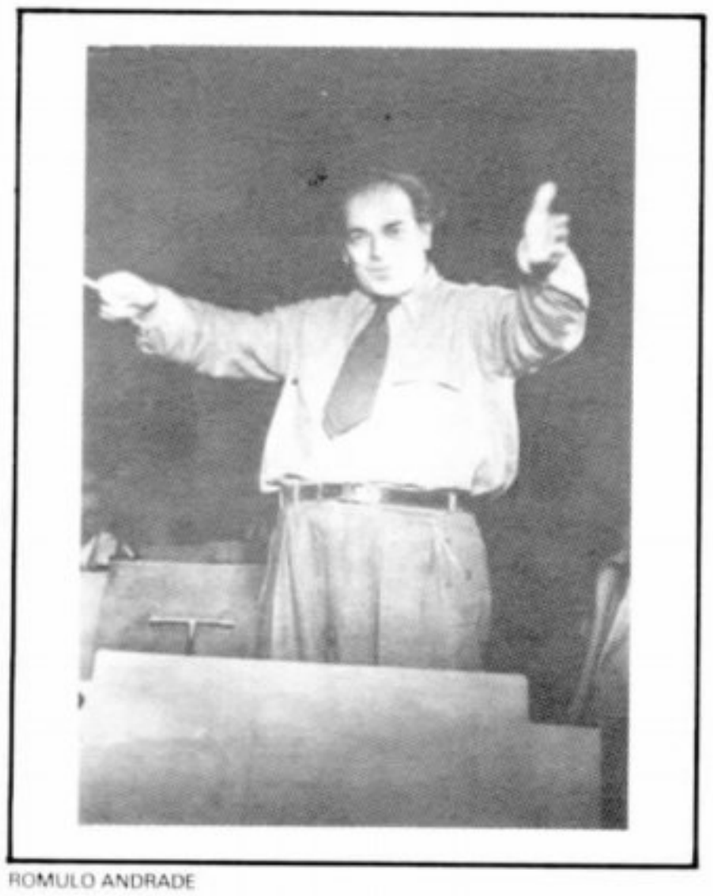
O INL, nos seus 46 anos de existência, vem sempre contribuindo para o desenvolvimento cultural do país e para a preservação da bibliografia brasileira.

Museu Villa-Lobos apresenta uma nova proposta

O Museu Villa-Lobos, no Rio de Janeiro, teve finalmente o seu problema de espaço solucionado com a compra de um imóvel, localizado em Botafogo, que vai permitir a integração do órgão como centro cultural e educativo ligado ao lazer e ao turismo. A informação foi prestada pela Museóloga Ely Gonçalves, responsável pela Divisão Técnico-Cultural do Villa-Lobos, em comunicação feita no II Fórum de Lazer e Turismo da Universidade de São Paulo (USP).

Vinculado à Fundação Nacional próMemória, o Museu Villa-Lobos, por funcionar no antigo prédio do Ministério da Educação e Cultura, hoje Palácio da Cultura, vem enfrentando sérios entraves no desempenho de suas funções (SPHAN n.º 20, págs. 11 e 12). Com a aquisição do imóvel em Botafogo, a direção do órgão parte agora para a reestruturação arquitetônica do novo espaço, o que possibilitará a dinamização do Museu, dentro de uma nova proposta.

Segue abaixo, a íntegra da comunicação feita pela Museóloga Ely Gonçalves, no Fórum da USP.



ROMULO ANDRADE

''Fundado em 1960 e funcionando a partir do ano seguinte, o Museu Villa-Lobos, com o objetivo de preservar e divulgar Villa-Lobos e sua obra, foi instalado em um prédio administrativo do Rio de Janeiro, mais especificamente no antigo prédio do Ministério da Educação e Cultura, hoje Palácio da Cultura.

''Como extremos de uma gangorra, viveu o Museu estes 22 anos. De um lado, a pequenísima área física e a inadequação de um espaço impróprio para adaptações, já que o Palácio da Cultura é tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico. No outro extremo, lá no alto, a figura de Villa-Lobos a exigir um posicionamento ativo, uma dinâmica que, de fato, pudesse rastrear o sucesso de um nome definitivamente consagrado como o mais representativo compositor das Américas no século, o que acaba por atrair ao Museu grande número de turistas, pesquisadores e musicólogos de diferentes partes do mundo, obrigando-nos a verdadeiros malabarismos para um atendimento razoável.

''Procurando suprir as deficiências internas, o Museu cria alternativas de funcionamento e se lança a uma série de eventos culturais, que culminam no Festival Villa-Lobos, realizado no mês de novembro, e já incluído, por sua repercussão, no calendário turístico-cultural da cidade.

''Com a criação da Fundação Nacional-próMemória e a conseqüente absorção do órgão, o sonho da sede própria concretiza-se com a compra no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, de um imóvel que possibilitará ao Museu o funcionamento ideal, que será o de integrá-lo como centro cultural e educativo ligado ao lazer e ao turismo.

''Sabemos que Museus podem e devem transformar-se em fontes turísticas e, por si, nosso Patrono já arregimenta turistas estrangeiros. A idéia seria, então, ampliar as possibilidades para o visitante do exterior e criar perspectivas ao turismo interno.

''Baseados nos tópicos cultura e educação, lazer e turismo, uniram-se museólogo e arquiteto na concepção filosófica gerando a reestruturação arquitetônica do novo espaço.

''O prédio adquirido para nova sede do Museu, em estilo eclético, data de 1892. Bonito e ainda bem conservado, possui dois andares, pequeno subsolo, anexo e quintal. A área, porém, não abriga as necessidades do órgão, hoje com cerca de 7900 peças e 32 funcionários.

''Concretizou-se assim a idéia que, a par da restauração, fossem desenvolvidas obras que permitissem a instalação e o atendimento desejado.

''Para essa tarefa foi convidada a Arquiteta Gisela Magalhães e, nos primeiros contatos, juntamente com a direção, foram definidas as reais possibilidades do Museu em relação ao seu acervo e tipologia.

''Entendemos que o som deveria ser o elemento de destaque, fonte geradora e captadora do interesse do visitante. Para isto seria necessário unir a música ao próprio acervo, em um processo natural de troca.

''Percebendo a interferência dos elementos decorativos do prédio, a solução encontrada foi definir a linha da exposição permanente do seguinte modo: som — acervo — biblioteca.

''Para atingir esse objetivo, invertemos a interferência em aliada e nas salas do andar térreo, propusemos um ambiente climatizado, com a biblioteca inserida na decoração, acervo fora de vitrines compondo o *decor* e instalação, de 2 em 2 metros de pontos de som, ativados em 10 canais.

''Pretendemos assim o aconchego de salas em que o visitante tenha acesso ao som através de *headphones*, o livro que procura ao alcance da mão, a visualização do acervo e da própria beleza interior do prédio.

''Ainda no andar térreo e ainda no corpo da casa, a galeria de bustos, a sala do pesquisador, a reserva técnica, os sanitários públicos e a copa para atendimento dos funcionários.

''No andar superior funcionariam os serviços administrativos e a parte técnica.

''A antiga cocheira — o anexo —, mais tarde transformada em garagem e quartos de empregados, teria suas paredes divisórias e posteriores à construção demolidas, e nesse espaço teríamos o salão de exposições temporárias, integrado à área verde contígua.

''A existência de pequeno subsolo, antiga adega, permitiu, após estudos técnicos, uma possível ampliação, que o faria estender-se por parte da casa, do jardim e por todo o anexo destinado às exposições temporárias.

''Nele, funcionariam gabinete de restauração, depósito para a guarda de discos, livros e cartazes editados pelo Museu, pequeno auditório (cerca de 50 lugares) e sala de criatividade.

''Outro compartimento seria construído para abrigar direção e assessores, em área atrás do prédio.

''O espaço ao ar livre formado por jardim lateral e rico em vegetação seria apresentado como o *Largo dos Chorões*, relembrando a participação de Villa-Lobos no grupo dos *Chorões* do início do século.

''Esta fase de Villa-Lobos, que decididamente contribuiu em sua criação futura e que não poderíamos esquecer, seria retratada na área informal onde o lazer construir-se-ia através do próprio público.

''Pretendemos que instrumentos da boemia dos primeiros anos do século, celebrizados pelas serestas dos grupos dos *Chorões*, fiquem ao alcance popular. Violão, flauta, cavaquinho, estariam à disposição de inscritos para pequenas apresentações, sempre em caráter informal.

''Compondo o clima, a reconstituição de um pequeno botequim de época, onde, esperamos, se reúnam jovens, músicos, turistas, preservando assim a fase de Villa-Lobos no contato com a música popular de caráter carioca e urbano. A proposta é que esta área possa-se transformar em um ''ponto de encontro'', tendo inclusive maior flexibilidade de horário que o corpo do Museu.

''Talvez os mais radicais não concordem com o fato, já que Villa-Lobos continua o expoente máximo da música erudita do país e temam uma deturpação desta indiscutível verdade.

''Só que o Museu não vê na vivência de Villa-Lobos com os *Chorões* nenhum aspecto depreciativo. Muito pelo contrário, respeita essa fase como respeita o músico popular, como entende e respeita raiz e memória.

''Esta é a nossa proposta. Um órgão dinâmico dentro de suas características, que atue como um foco de lazer comunitário e uma atração no campo turístico.''

SPHAN 25
próMemória

Museu do Açude, Rio: Restauração será concluída até o final do ano

Tiveram início em meados de agosto as obras de restauração do Museu do Açude, pertencente à extinta Fundação Raymundo Ottoni de Castro Maya e recentemente incorporado, junto com o Museu da Chácara do Céu, em Santa Teresa, à Fundação Nacional próMemória (SPHAN n.º 21, pág. 15, n.º 22, pág. 35 e n.º 23, pág. 19). Localizado na Estrada do Açude, n.º 764, Alto da Boa Vista, no Rio de Janeiro, com uma área aproximada de 25.000 m², o Museu foi tombado em 1974 pelo Patrimônio Histórico (Inscrição n.º 66 — Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, fls. 15, em 23/09/74).

Contratadas com a firma Brizon Engenharia Ltda., que venceu a licitação, as obras estão orçadas em Cr$ 24.926.523,00 (valor da Empreitada por Preço Global), recursos provenientes da próMemória, com a interveniência e sob a fiscalização técnica da 6.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória. O prazo de execução foi fixado em quatro meses, devendo a obra, portanto, estar concluída até o final de 1983.

Na primeira etapa das obras, será realizada a restauração da antiga residência, com vistas à abertura do Museu, prevista para janeiro de 1984. Nas etapas seguintes, serão restaurados o Jardim de Inverno, as Galerias Debret e Rugendas e outras dependências da propriedade que pertenceu ao erudito colecionador Castro Maya, que a adquiriu em 1913 de Ângelo Fiorita para ali instalar sua família.

DESCRIÇÃO

O *Guia dos Bens Tombados*, de Maria Elisa Carrazzoni, descreve assim a Casa do Açude:

"Prédio simples, de dois pavimentos, grande varanda na frente, modificado para 'aparência de colonial brasileiro', com arcadas, beiral, com telhas tipo colonial, revestidas de cerâmica. Os dois pavilhões anexos foram executados depois de 1920, assim como a reforma do grande bosque. No acesso há várias estátuas de cerâmica portuguesa, da famosa fábrica de Santo Antônio do Porto, assim como a balaustrada, do mesmo material e origem. Nas paredes da varanda, vários painéis de azulejos da época de D. Maria I. A antiga cocheira, transformada em Galeria Debret, abrigava a coleção de aquarelas do artista e gravuras de outros que aqui estiveram: Rugendas, Planitz, Hastrel,Arago, Monvoisin, Pallière, etc." (pág. 391).

A antiga chácara era de início uma modesta residência sem estilo definido, aos poucos reformada e enobrecida por Castro Maya, que lhe emprestou fisionomia de residência colonial com a construção da varanda de arcadas, o beiral de telhas de cerâmica portuguesa e os magníficos painéis de azulejos. As construções acabaram por interligar a casa ao Jardim de Inverno, tornando indefinidos seus volumes.

ACERVO

Entre as preciosidades pertencentes ao acervo do Museu encontram-se 490 aquarelas e 60 desenhos de Debret, coleção que constitui a mais notável documentação iconográfica sobre a vida e a paisagem brasileiras do início do século XIX, carecendo ainda de um estudo sociológico aprofundado que a situe definitivamente na nossa História social, no dizer de Afonso Arinos de Melo Franco, citado por Lúcia Olinto, Superintendente do Museu, em artigo sobre a Fundação Castro Maya (Revista *Cultura* n.º 17, abril/junho de 1975, págs. 5 - 16)

Entre as gravuras destacam-se três séries, compreendendo 22 litografias de Rugendas, 13 de Desmons e 19 de Chamberlain, além de peças avulsas de diversos autores.



PEDRO LOBO FNPM

Aspecto do Jardim de Inverno, Museu e Galeria Debret, vistos do espelho d'água. O Museu do Açude deverá ser reaberto ao público em janeiro de 84.

Completam a decoração do Museu do Açude, além da rica azulejaria (em sua maior parte de produção portuguesa), várias coleções de cerâmica popular do Nordeste, os ambientes internos com mobiliário dos séculos XVIII e XIX e a fina louça da Companhia das Índias.

AS OBRAS

A Arquiteta Lilian Jansen Sá Freire, dos quadros da próMemória, responsável pelas especificações técnicas do projeto e pela fiscalização das obras de restauração, explica como serão executados os trabalhos:

— Obtido nos arquivos da Fundação Castro Maya o projeto de acréscimo da casa — onde consta a criação da varanda que circunda parte da área social da residência — foi possível restabelecer o volume dela e conseqëntemente o do Jardim de Inverno.

— A demolição das construções que interligam o corpo da casa ao Jardim de Inverno irá liberar o espaço do mirante, que se encontra coberto com uma laje de concreto e de onde se poderá apreciar exuberante paisagem.

— Na parte externa — destaca a Arquiteta — o projeto prevê também a complementação da balaustrada de cerâmica portuguesa do terraço, que foi interceptada por estas novas construções que serão demolidas, e cujas peças, necessárias para sua complementação, felizmente encontram-se nos depósitos da Fundação.

— Está prevista ainda a reconstituição da varanda com os *óculos*, de acordo com o projeto encontrado nos arquivos do Museu. A cobertura em telhas de fibrocimento da varanda, que tanto a descaracteriza, será substituída por telhas de barro do tipo colonial.

VISITAÇÃO

Foi programado um percurso para visitação do Museu, no qual o público, partindo do *hall* de entrada, circule por todos os cômodos da casa e termine no mesmo *hall*, facilitando a visitação e a segurança do Museu.

Para permitir a circulação programada, será necessário reabrir um vão de porta junto ao bar que se encontra emparedado e restaurar o banheiro, a copa e a cozinha, bem como seus equipamentos, para serem abertos à visitação pública.

Devido ao grande número de painéis de azulejos, foram necessárias algumas adaptações, criando espaços para vitrines, como por exemplo na área posterior ao balcão do bar.

No pavimento superior, onde as condições climáticas são mais favoráveis, devido à maior insolação e à ventilação facilitada pelas venezianas das janelas, ficará exposta a coleção Debret.

Cachoeira, Bahia: Iniciada a restauração do Engenho Vitória

ARQUIVO SPHAN



A Casa do Engenho Vitória terá a sua estrutura estabilizada, pois se encontra seriamente comprometida. As obras iniciadas em julho correspondem a uma primeira etapa de restauração.

Tiveram início na primeira quinzena de julho último as obras de restauração da Casa do Engenho Vitória, monumento tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e localizado às margens do rio Paraguaçu, no Município de Cachoeira (BA). Os trabalhos estão sendo executados com recursos próprios da Fundação Nacional próMemória, sob a responsabilidade da 5.ª Diretoria Regional da SPHAN, com sede em Salvador.

As obras de recuperação do imóvel se justificam diante do lamentável estado de conservação em que se encontra: toda a sua estrutura, castigada pelas intempéries e pela ação de vândalos, foi sendo aos poucos comprometida, e se imediatas providências não fossem tomadas, em breve nada restaria do imponente monumento sobre o rio Paraguaçu. Seu telhado está reduzido a menos da metade da área, ficando assim as paredes, os assoalhos, as portas, expostos à ação da chuva e do sol, deteriorando-se em ritmo acelerado. As janelas estão desarticuladas, não oferecendo mais a proteção de seus vidros à penetração das águas.

O plano de obras que foi elaborado para o Engenho Vitória tem como objetivo principal realizar serviços de estabilização na sua estrutura, pois esta encontra-se seriamente comprometida. A ação da umidade sobre todos os seus elementos em madeira foi altamente destruidora, pois são raras as peças aproveitáveis. Tendo uma parte do telhado desabado, o madeiramento ficou exposto ao sol e à chuva, favorecendo o apodrecimento da maioria de suas peças. As portas foram quase todas roubadas e as janelas tiveram seus vidros quebrados ou foram arrancadas para serem reutilizadas. Para que este monumento continue marcando sua presença no rio Paraguaçu, faz-se necessário que se recupere suas condições de estabilidade perdidas no momento em que o mesmo foi se desarticulando e perdendo suas peças.

As obras ora iniciadas correspondem a uma primeira etapa de restauração; outros serviços deverão ser executados para que o sobrado possa recuperar o seu equilíbrio e voltar a ser utilizado. Como primeira providência, juntamente com a instalação do canteiro de obras, barracões para pessoal e material, foram se realizando os serviços de limpeza tanto do monumento em si quanto do terreno em volta, que se encontrava com vegetação densa sem condições de segurança para os operários. Essa primeira fase dos trabalhos envolve providências de emergência, tendo em vista o precário estado de conservação do monumento.

HISTÓRICO E DADOS TIPOLÓGICOS

O Engenho Vitória está situado à margem esquerda do Paraguaçu, uma légua abaixo da cidade de Cachoeira. O sobrado nasce das próprias águas do rio e se estende até a encosta abrupta do vale estreito. Do conjunto primitivo restam: represa com canal de adução de água e aqueduto, sobrado, algumas casas de lavradores e ruínas do engenho com seu cais. Conservam-se, ainda, um banheiro azulejado, situado na encosta ao fundo do sobrado, e uma gruta com santos de gesso. Chega-se ao antigo engenho por canoa, de qualquer uma das cidades situadas à margem do Paraguaçu, ou através do prolongamento da Estrada do Tororó que parte de Cachoeira.

O Engenho Vitória, do início do século XIX, é um dos mais importantes engenhos do Recôncavo Baiano, construído num período de retomada do desenvolvimento da economia açucareira. O sobrado e fábrica contíguos são comuns na banda ocidental do Recôncavo, em especial em Cachoeira, São Felipe, Santo Antônio de Jesus e Aratuípe. Ao contrário da maioria dos casos, em que a fábrica fica no fundo do sobrado, no Engenho Vitória, como no Medrado (São Felipe), esta ficava ao lado da casa grande. O sobrado é de relevante interesse arquitetônico, desenvolvido em três níveis, segundo planta em "T", recoberto por telhado de muitas águas. O engenho é monumento tombado pelo Patrimônio desde 23 de março de 1943.

A mais importante característica da residência são as galerias laterais envidraçadas, do mesmo tipo do Solar Marback em Salvador, e que tem precedentes na arquitetura religiosa (Igrejas do Carmo e Ordens Terceiras do Carmo e São Francisco), também na capital baiana.

A construção do Engenho Vitória teve início em 1812 por Pedro R. Bandeira, abastado negociante e senhor de engenhos na região e um dos introdutores da navegação a vapor na Bahia. Bandeira nunca chegou a residir no sobrado Em 14 de outubro de 1835, morre Pedro Bandeira, que deixa o engenho e outras propriedades para sua sobrinha, D. Tereza Clara M. Viana, casada com Salvador M. Barreto, e seus três filhos. Com a morte de Salvador Barreto, 1.º Barão de Paraguaçu, em 15 de julho de 1865, a propriedade passa para seus filhos: Francisco, Egas e Pedro Barreto de Aragão. Em 1936, o Engenheiro Francisco Muniz Barreto de Aragão, filho do 2.º Barão, e, depois, Visconde de Paraguaçu, possuidor do mesmo nome, acrescenta um novo andar ao sobrado e amplia o pavimento nobre. Com sua morte o engenho é abandonado. Em 1954, o Engenho Vitória é arrematado pelo Instituto do Açúcar e do Álcool (IAA), que, em 1969, o oferece ao Governo do Estado, que, no entanto, não demonstra interesse pela área. A 13 de dezembro de 1973 a propriedade é entregue à Marinha, em comodato.

ARQUIVO SPHAN



Os elementos de madeira da Casa do Engenho Vitória estão sendo substituídos em sua maior parte, pois com o desabamento do telhado as peças ficaram expostas à ação do sol e da chuva, apodrecendo aos poucos.

SPHAN 25
próMemória

Forte Príncipe da Beira: Primeiros estudos rumo à restauração

''Pensei, pelas fotografias que vi do Forte, que ele estaria muito mais danificado do que realmente está''. Otimista, o arquiteto português Alfredo Vianna de Lima assim resumiu suas impressões ao retornar de Rondônia, onde esteve nos dias 16 e 17 de julho passado, visitando o Forte Príncipe da Beira, monumento do século XVIII tombado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que será restaurado pela Secretaria da Cultura do MEC, através da SPHAN/próMemória, com o apoio do Ministério do Exército e do Governo de Rondônia (SPHAN n.º 23, págs. 5 e 6).

Vianna de Lima, Consultor a serviço da Fundação Calouste Gulbenkian, de Portugal, veio ao Brasil para realizar os estudos técnicos preliminares que irão subsidiar o projeto de recuperação do Forte, trabalho que faz parte da cooperação prestada por aquela instituição à SPHAN.

Sem adiantar maiores conclusões até emitir seu laudo, que espera ter pronto em dezembro, o Arquiteto destacou as dificuldades que envolverão as obras de restauro: ''Torna-se necessário, de imediato, conter a ruína da construção, e iniciarem-se os levantamentos das partes faltantes, com a classificação e a quantificação das pedras lá existentes''. Para que se tenha a exata noção do tipo de intervenção a ser adotada no Forte é que será feita essa prospecção, arqueológica, que visa basicamente recuperar as pedras desagregadas das paredes e muitas vezes soterradas pelo tempo, sua separação pela origem — pedras de cornijas, de ombreiras de portas, vãos de janelas, etc. — para então, após uma análise do material, ficar estabelecido o que poderá ser aproveitado na reconstituição dos pavilhões. ''Existem partes, como o muro que suportava o *caminho da ronda*, que estão totalmente no chão, e não creio que haja pedras trabalhadas suficientes para sua reconstituição'', diz Vianna de Lima, que explica o desaparecimento do material pela apropriação das populações ribeirinhas, que o utilizaram na construção de suas casas. ''É possível'', completa o Arquiteto, ''fazer uma pesquisa e demonstrar a utilização das pedras do Forte nas construções feitas lá, mas a recuperação das mesmas torna-se um problema delicado''.

Uma eventual reconstituição das pedras ausentes com outros materiais estaria na dependência do critério a ser adotado para o projeto. Segundo Vianna de Lima, ''este é um ponto importante. Existem hoje materiais que podem substituir a pedra, é só uma questão de saber aplicá-los, conjugando-os com os materiais originais, mesmo porque o material que agora for usado poderá valorizar ainda mais a obra existente. Tudo dependerá dos princípios que deverão ser estabelecidos para a recuperação e principalmente ocupação do Forte, sem o que ele voltará a *morrer*''.



JORGE DERENJI/FNPM

A restauração do Forte Príncipe da Beira contará com a orientação técnica do Arquiteto português Alfredo Vianna de Lima, um dos maiores especialistas em arquitetura luso-brasileira.

USO

Inicialmente cogitado para sediar o 3.º Pelotão Especial de Fronteira, que hoje ocupa suas imediações, o Forte Príncipe da Beira, uma vez restaurado, poderá ter outra destinação, pela impossibilidade de o monumento ser adaptado para uso militar. ''Para isso, seria necessário destruir a unidade do Forte; a porta principal teria que ser arrasada para permitir o acesso de veículos militares, por exemplo'', explica Vianna de Lima. ''O que é altamente importante é conjugar as possibilidades de manter o Forte e de manter o Batalhão, e que o próprio Batalhão seja um elemento a mais de ajuda e responsabilidade na manutenção do Príncipe da Beira'', completa.

Como alternativa, foi sugerida uma ocupação cultural da área, com a instalação de um museu de arqueologia na parte interna que fica ao ar livre, e de um museu histórico, retratando como foi a construção do Forte e quais foram os motivos que levaram à sua existência. Alguns pavilhões poderiam ainda ser destinados a eventos culturais ou simpósios.

De qualquer maneira, uma proposta nesse sentido envolve vários outros aspectos, como a dificuldade de acesso e um estudo maior das possibilidades da região, segundo Vianna de Lima. O acesso, por exemplo, é muito dificultado pela localização do Forte, à margem direita do Rio Guaporé, fronteira com a Bolívia e a 170 quilômetros de Guajará-Mirim (antigo terminal da Ferrovia Madeira-Mamoré), um local que só é atingido de barco ou avião. Mesmo assim, o arquiteto acredita numa valorização da região, com a criação de uma linha fluvial equipada com barcos rápidos e confortáveis que permitissem às pessoas, partindo de Guajará-Mirim, desfrutar da beleza das margens e de tudo aquilo que ainda existe nelas. ''O antigo Forte, o Nossa Senhora da Conceição (meados do século XVIII) ainda está lá, e seria muito interessante que suas ruínas fossem recuperadas e também integradas à área do Príncipe da Beira, que por sua vez é um monumento altamente importante, pela epopéia que representa, pelo valor plástico, construtivo, pela forma como toda a construção foi levada a efeito, que é uma coisa muito bonita, interessante''.

As obras de restauração deverão iniciar-se logo após a conclusão do laudo técnico; os trabalhos de levantamento topográfico do Forte já estão sendo realizados por uma equipe do Governo de Rondônia.

MEIO SÉCULO DE ARQUITETURA

Um dos maiores especialistas em arquitetura luso-brasileira, segundo o responsável pela área de Tombamento e Conservação da SPHAN, Arquiteto Augusto da Silva Telles, que o acompanhou na visita ao Forte Príncipe da Beira, Alfredo Vianna de Lima é Professor da Escola Superior de Belas Artes do Porto e Arquiteto há 48 anos. Profundo conhecedor das construções brasileiras, considera ''fantástico'' o processo de enriquecimento da cultura trazida de Portugal, modificada pelas contribuições dadas por outros brasileiros.

A primeira vez que veio ao Brasil foi em 1965, por ocasião do 4.º Centenário da Cidade do Rio de janeiro, acompanhando a exposição de Documentação de Monumentos Arquitetônicos Portugueses, montada na então sede do Ministério da Educação e Cultura. Em missão pela UNESCO, a convite do Brasil, Vianna de Lima retornou em 1968 para realizar estudos técnicos preliminares sobre Ouro Preto, os primeiros do gênero, que serviram de base para o planejamento de revitalização e revalorização da cidade, elaborado pela Fundação João Pinheiro. Outros estudos se seguiram, sempre pela UNESCO, no Estado do Maranhão (em São Luís, no Bairro de Praia Grande, e em Alcântara), em Sergipe (São Cristóvão e Laranjeiras) e Alagoas (Marechal Deodoro e Penedo). Também participou de um curso de formação de arquitetos, no Recife, onde

deu aulas sobre problemas de núcleos urbanos e sobre a atuação na área de patrimônio.

Pioneiro na arquitetura contemporânea em Portugal, sua ligação com a Fundação Gulbenkian vem do fato de ter ganho o 1.º Prêmio de Arquitetura Portuguesa na exposição organizada pela Fundação, há alguns anos. Seu interesse em fortificações veio de uma missão realizada em 1981 para a Fundação Gulbenkiam em Moçambique, onde teve a oportunidade de elaborar o projeto de recuperação de um forte antigo e importante (seculo XVI/XVII).

Devido a essa experiência prévia, a Fundação convidou-o para colaborar com o Patrimônio brasileiro, serviço que elogia, reconhecendo as dificuldades que a SPHAN/próMemória enfrenta devido ao volume imenso de bens culturais a serem conservados e às dimensões do país. ''Seria útil se fosse feito aqui um tombamento total dos monumentos de valor, estejam eles em bom ou mau estado de conservação, para que fosse possível ter-se uma idéia do conjunto do patrimônio e a partir daí eleger quais as prioridades de trabalho. Um tombamento completo, de monumentos arqueológicos e históricos, que permitissem um registro de tudo o que existe''.



JORGE DERENJI/FNPM

A recuperação do Forte Príncipe da Beira vai demandar uma prospecção arqueológica no local, no sentido de estabelecer o que poderá ser aproveitado na reconstituição dos pavilhões.

Um livro dedicado ao Forte e ao seu criador

A Secretaria da Cultura do MEC pretende lançar até abril do próximo ano um livro referente ao Forte Príncipe da Beira e ao seu criador Dom Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres. Para tanto foi assinado um convênio entre a Fundação Nacional próMemória e a Fundação Casa de Rui Barbosa; a primeira ficará encarregada de definir o plano editorial da obra, e a segunda vai tratar das pesquisas e do levantamento iconográfico, no Brasil e em Portugal, pois grande parte do acervo documental sobre o Forte encontra-se na Casa da Insua, na Beira Alta, em Portugal.

A informação é do Secretário Marcos Vinícios Vilaça, para quem é necessário registrar ''a natureza épica e heróica da figura de Dom Luiz de Cáceres, que veio para cá aos 32 anos de idade, indicado por Pombal, e que governou Mato Grosso durante 17 anos''.

''E governou de forma muito sábia e muito significativa'', diz mais o Secretário, ''porque ele veio ao Brasil e trouxe consigo uma missão científica, que registrou a fauna, a flora, os costumes, em desenhos, que estão na Casa da Insua e que certamente comporão a ilustração do livro sobre o Príncipe da Beira''.

''No caso particular do Forte — prossegue Marcos Vilaça — ele foi uma pessoa que se relacionou admiravelmente com os índios, obtendo com os nativos uma aproximação e uma convivência respeitosas. A história do Príncipe da Beira tem esse vínculo com o problema do índio, pois muitos anos depois do seu abandono o Forte foi redescoberto por uma outra grande figura ligada à questão indígena no país, que foi Rondon. Então há essa singularidade vinculando Rondon, Dom Luiz de Cáceres e o Forte Príncipe da Beira''.

Após deixar o Brasil, sucedido por um irmão no Governo de Mato Grosso, Dom Luiz de Cáceres veio a falecer pouco tempo depois que chegou em Portugal.



JORGE DERENJI/FNPM

A história do Forte Príncipe da Beira será abordada em livro, assim como a figura de seu idealizador, Dom Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Governador de Mato Grosso durante 17 anos. A publicação vai ser lançada até abril do próximo ano.

SPHAN 25
próMemória

Minas Gerais

OBRAS DE RESTAURAÇÃO DO SEMINÁRIO MENOR, EM MARIANA, ENTRAM EM NOVA ETAPA

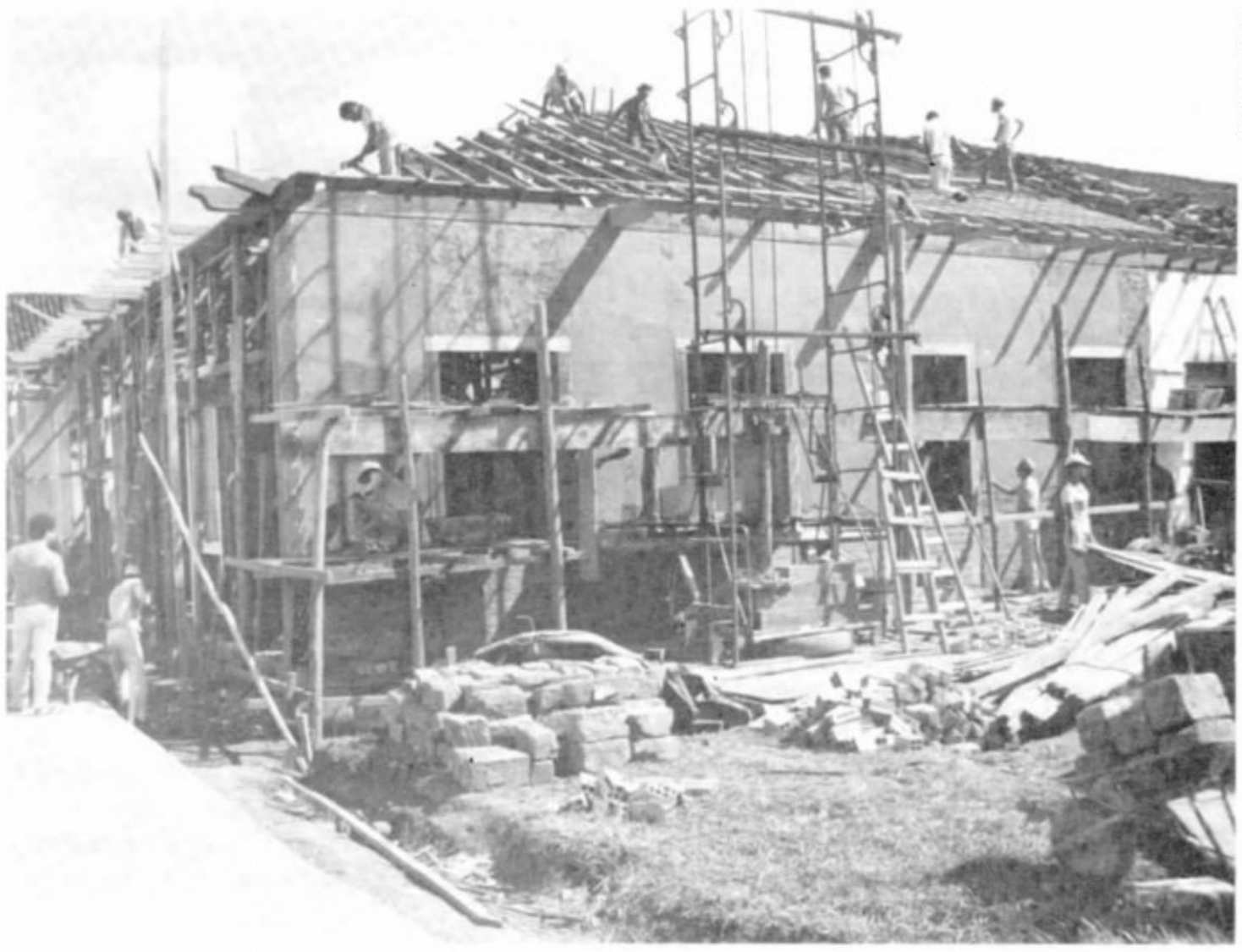
Cinqüenta operários da Prefeitura da Universidade Federal de Ouro Preto trabalham diariamente nas obras de restauração do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, mais conhecido como Seminário Menor, edificado na segunda metade do século XVIII, em Mariana. Os trabalhos de recuperação do conjunto, tombado pelo Patrimônio, tiveram início em fins do ano passado, através de convênio firmado entre a UFOP e a SPHAN/próMemória (SPHAN n.º 22, pág. 22) e entram agora em uma nova etapa com a renovação do acordo.

Com seus 4800 metros quadrados de área construída, o Seminário, restaurado, vai abrigar as dependências do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP, retomando, assim, a sua antiga função de primeira instituição de ensino do Estado de Minas Gerais.

As obras de restauração do Seminário Menor estão caminhando dentro do cronograma traçado; os arquitetos, engenheiros e operários procuram preservar nos mínimos detalhes a grandiosa obra erguida há mais de 200 anos, buscando com rigor técnico resgatar as características construtivas do monumento: todas as intervenções feitas com o correr dos anos nos telhados, paredes, janelas e assoalhos, entre outras, que descaracterizaram a obra barroca, estão sendo suprimidas com base num vasto elenco de medidas, apontadas nos levantamentos realizados antes do início dos trabalhos de recuperação do imóvel.

Numa primeira etapa, sob a responsabilidade da Arquiteta Maria Carmen Perilo, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais - IEPHA/MG, foi feito um levantamento geral, com ficha técnica, cadastramento, documentação fotográfica e diagnóstico, finalizando numa segura informação sobre o local onde ergueu-se o conjunto de prédios do Seminário. Por sua vez, a Diretoria de Planejamento da UFOP, através de seu Setor de Projetos, elaborou um anteprojeto, com memória descritiva, incluindo critérios de intervenção e proposta de ocupação, além de programação arquitetônica e estimativa de custos, entre outros itens.

A Biblioteca do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFOP já ocupa um dos prédios do Seminário. A ocupação será feita por etapas, devido ao tamanho do prédio. Para lá será transferida também a Administração, com os respectivos Departamentos, onde se instalarão os professores do Instituto, criando-se, dessa forma, um espaço dos mais úteis para salas de aula no prédio onde está instalado atualmente o ICHS da UFOP. Também será erguido um auditório, com salão, palco, cabine, camarins, sanitários e depósito, além de cantina, sala de funcionários, portaria e outros serviços.



ARQUIVO SPHAN

As obras de restauração do Seminário Menor prosseguem em ritmo acelerado. Restaurado, o imóvel abrigará o Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto.

COMO NASCEU

Após instalar-se em Mariana, a primeira grande iniciativa de Dom Manuel da Cruz, primeiro Bispo da cidade, foi a fundação do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, obra iniciada em 1750 e que, segundo apontamentos, foi concluída entre 1780 e 1792, na gestão do Frei Domingos de Pentevel.

Em Mariana, a Leste do núcleo barroco daquela cidade mineira, foi criada a primeira casa de ensino de Minas. Na realidade, a casa de instrução destinava-se à formação do clero da terra, embora dispusesse também de um ensino público que era oferecido a jovens leigos interessados em preparar-se para a Universidade de Coimbra, em Portugal. Manuel Inácio da Silva Alvarenga, o poeta de Glaura, e o Jurista Diogo Pereira Ribeiro Vasconcelos foram os dois primeiros alunos daquele estabelecimento, instalado no Seminário Menor.



ARQUIVO SPHAN

Vista dos trabalhos executados nos telhados da edificação, que já se encontram recuperados.



ARQUIVO SPHAN

Vista parcial do conjunto do Seminário Menor, com a parte à esquerda já totalmente concluída.

CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS AO RELENTO: TEMA DE SIMPÓSIO EM BELO HORIZONTE

Entre 30 de agosto e 2 de setembro passado, realizou-se em Belo Horizonte (MG), o Simpósio Internacional sobre Conservação e Restauração de Bens Culturais ao Relento, promovido e coordenado pela Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais/CETEC, órgão da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Governo do Estado. O evento foi patrocinado pela UNESCO; CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; COPAM - Comissão de Política Ambiental; STI/MIC - Secretaria de Tecnologia Industrial do Ministério da Indústria e do Comércio; Fundação Nacional próMemória; IEPHA/MG - Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais; e FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos. Contou, ainda, com o apoio do Instituto dos Arquitetos do Brasil/Seção Minas Gerais, do CECOR - Centro de Conservação e Restauração da Escola de Belas-Artes da UFMG e da ABRACOR - Associação Brasileira de Conservadores e Restauradores.

O encontro reuniu cerca de 200 especialistas de diversos Estados brasileiros e do exterior. O Secretário de Ciência e Tecnologia; Mílton de Lima Filho, abriu o Simpósio dizendo que, com a sua realização, o CETEC iniciou uma interação mais efetiva entre especialistas, técnicos e pesquisadores, numa tentativa de se associar uma componente tecnológica ao caráter cultural da preservação de bens históricos e artísticos de Minas Gerais e dos demais Estados.

O simpósio teve como objetivos: 1 - despertar a atenção dos conservadores e pesquisadores para a relação entre problemas de conservação e métodos científicos e tecnológicos comumente empregados em outras áreas; 2 - estimular pesquisas na área de conservação e restauração de bens culturais e abrir novas oportunidades para o intercâmbio entre pesquisadores nacionais e estrangeiros; e 3 - estimular as possibilidades de emprego das informações oriundas dos processos normais de envelhecimento dos materiais, bem como suas conseqüências, como subsídios para desenvolvimento de ciência e tecnologia.

Seis temas principais foram abordados durante as palestras, debates e discussões do Simpósio Internacional sobre Conservação e Restauração de Bens Culturais ao Relento: ''Estudo de materiais'', cujo conferencista foi o Professor Marc Mamillan, da França; ''Alterações biológicas dos materiais'', pelo especialista francês Claude Jaton; ''Radiação gama e problemas em conservação de bens culturais'', pelo Professor Régis Ramière, do Comissariado de Energia Atômica da França; ''Materiais sintéticos'', por Seymour Lewin, Professor da Universidade de Nova Iorque (EUA); ''Política de conservação e restauração de bens culturais no Brasil, pelo Arquiteto Augusto da Silva Telles, Diretor da Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN/próMemória; e ''Poluição atmosférica e alterações dos materiais'', por Lorenzo Lazzarini, do Laboratório Científico de Veneza.

A última etapa do encontro foi uma visita a Ouro Preto, onde os participantes do Simpósio puderam ver de perto os trabalhos de restauração que vêm sendo executados em diversos monumentos da cidade.

GOVERNO DE MINAS CRIA GRUPO PARA RESTAURAR O COLÉGIO DO CARAÇA

O Governo de Minas Gerais instituiu, no dia 3 de agosto passado, um Grupo de Trabalho encarregado de definir as providências necessárias à restauração, preservação e revitalização do acervo histórico, artístico e paisagístico do Colégio do Caraça, fundado em 1774, no Município de Santa Bárbara, a 114 quilômetros de Belo Horizonte. O Decreto criando o Grupo foi assinado pelo Governador Tancredo Neves, em solenidade na Basílica do Caraça, que marcou a passagem do centenário de inauguração e sagração desta que foi a primeira igreja em estilo neogótico construída no país. Da cerimônia constou também a inauguração da Pinacoteca do Santuário do Caraça.

O Grupo de Trabalho, presidido pelo Professor Edgar de Godoy da Mata Machado, é integrado ainda pelo Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícius Vilaça, pelo Presidente da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde, o ex-Ministro Golbery do Couto e Silva, o Professor Antônio de Lara Resende, os Presidentes da Fiat, Amaro Lanari Júnior, e da Vale do Rio Doce, Eliezer Batista, o Diretor Executivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, Rodrigo Ferreira, o Professor Galba Magalhães Veloso, da Fundação Nacional próMemória, o Diretor do Banco Nacional em São Paulo, Antônio de Pádua Rocha Diniz, o Diretor do Santuário do Caraça, Padre José Tobias Zico, e o jornalista Mauro Werkema.

Fundado pelo Irmão Lourenço de Nossa Senhora, o Colégio do Caraça desempenhou papel importante na formação cultural mineira e brasileira, em dois séculos de obra educacional, religiosa e cultural; nele estudaram jovens vindos de todo o país, entre eles Afonso Pena, que governou o Brasil de 1906 a 1909, e o Presidente Arthur Bernardes, que cumpriu mandato de 1923 a 1926. Além desses dois Presidentes da República, os arquivos do Caraça registram a passagem de 22 Governadores, entre os quais o mineiro Olegário Maciel, 120 Senadores e Deputados e 12 Bispos.

O Seminário foi destruído por um incêndio no dia 28 de maio de 1968. Hoje restam apenas a igreja e a casa paroquial do conjunto original. A restauração do Caraça já possui um projeto básico, definido em 1981 (SPHAN n.º 10, págs. 5 e 6).

COLLEGIO CARAÇA



ARQUIVO SPHAN

opinião

Reciclagem técnica: Algumas idéias para formulação de um programa

(*) José Leme Galvão Jr.

Um assunto de extrema atualidade foi abordado no Boletim n.º 22, através da opinião do Professor Silva Telles. Digo extrema porque interessa aos técnicos da SPHAN/próMemória o seu desenvolvimento especializado, notadamente naquelas ocasiões extra-rotineiras como cursos, viagens, etc.

Encorajado, ouso lançar mais algumas idéias para ampliar a discussão, ou de outra forma, para colocá-la em todos os níveis de acesso aos que trabalham profissionalmente na área da preservação de bens culturais.

Penso que deve haver uma continuidade e uma extensão, naturais, da experiência histórica de formação dos quadros técnicos da SPHAN. Enquanto que a rotina de trabalho cumpre a consolidação de conhecimentos, deve haver formas alternativas de reciclagem técnica especializada, talvez culminando com os "cursos relacionados a uma terceira etapa de especialização", tal como propõe Silva Telles. Tais alternativas, a meu ver, não deveriam se concentrar em cursos de longa duração, a exemplo dos que atualmente ocorrem na Bahia ou no exterior, atraindo particularmente arquitetos recém-formados, no afã de lograrem "status" curricular para ingresso mais imediato a esse ainda parco campo de trabalho. Várias críticas têm ocorrido à formação/informação ministrada em tais cursos, particularmente aos do exterior, pela desconexão de problemas que enfrentam continentes diferentes, ou pela adoção de técnicas de difícil aplicação aos nossos casos, por exemplo. O risco de um técnico desembarcar de volta trazendo na bagagem conhecimentos inaplicáveis é tão ruim quanto a eventual inutilidade dessa bagagem perante um mercado de trabalho praticamente saturado e concentrado em entidades ligadas ao setor público.

Recentemente pude realizar uma viagem de estudos, através da 8.ª DR/SPHAN, ao Estado de São Paulo, com o objetivo principal de observar e apreender técnicas e formas de procedimento frente aos problemas de conservação e restauração, enfrentados pela SPHAN ao longo desses longos anos de sua existência (resistência?) de fato naquele Estado. Acoplava a esse objetivo a pretensão de poder debater com os técnicos da 9.ª DR problemas comuns, relacionados à aplicação de novas formas de ação da SPHAN/próMemória. Evidentemente o critério de escolha da região a ser visitada obedeceu à existência de similitudes, igualdades e, por fim, de identidades da arquitetura dos séculos XVIII e XIX no Centro-Oeste com sua principal origem histórica dentro do país.

Além de considerar extremamente proveitosa a experiência, concluí que é possível e necessário promover atividades tais como aquela e, no tempo em que me foi possível pensar e repensar a questão, julguei oportuno expor esses pensamentos, ainda mais que tenho ciência de que encontrará, como encontrou na opinião de Silva Telles, rebatimentos mais abalizados e formas mais embasadas de proposição prática para um PROGRAMA DE RECICLAGEM TÉCNICA da próMemória. Com tal PROGRAMA, seria possível aos técnicos da instituição a obtenção ou troca de conhecimentos especializados, estruturado de forma variada para rápidas adaptações, sugeridas a cada experiência. Na estruturação de atividades, o planejamento do PROGRAMA deveria ter como premissa básica a necessidade de manter uma rotina de larga ciclagem, ou seja, a própria reciclagem supõe que deve existir uma freqüência na produção e obtenção de experiências, especializadas ou não. A freqüência, a variação e as adaptações na estruturação do PROGRAMA criariam substancial e amplo leque de opções à reciclagem de cada técnico.

Penso que as **atividades iniciais**, a partir das quais teríamos um programa dessa natureza, teriam como base:

I — Cursos de curta duração, regionalizados ou não, dependendo da matéria a ser tratada. Tais cursos encontrariam dentro da SPHAN pessoal capacitado para ministrá-los. Algum assunto de referência tecnológica particularizada fora das experiências da SPHAN encontrará, certamente, especialistas no país.

II — Tanto para utilização nos cursos como para estudos orientados, os técnicos de maior experiência da SPHAN deveriam produzir textos, reproduzir palestras, mesas-redondas, etc., bem como apostilas ou edições especiais de orientação técnica, possivelmente com circulação acoplada ao Boletim da SPHAN.

III — Esses técnicos, autores ou não de textos, deveriam fazer "incursões" programadas nas várias unidades da SPHAN/próMemória, expondo seus conhecimentos e orientando estudos ou situações concretas do trabalho cotidiano de conservação, restauração e revitalização.

IV — As unidades da SPHAN/próMemória deveriam fazer um esforço no sentido de programar para seus técnicos, viagens de estudos, conhecimento e troca de experiências, inseridas ou não numa possível programação a nível nacional.

Sobre tudo isso deverá existir a vontade política da instituição. É evidente que um programa dessa natureza terá limites de planejamento técnico e financeiro, mas se houver a conversão da necessidade de reciclagem técnica em vontade da política cultural, algum começo poderá existir a curto prazo.

(*) José Leme Galvão Jr. é Arquiteto da 8.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória

SPHAN torna mais quatro imóveis patrimônio do país

O Palácio Laranjeiras, o prédio onde funciona o Colégio Pedro II, o edifício do Hospital São Francisco de Assis, no Rio de Janeiro, o Pórtico Central e Armazéns do Porto, em Porto Alegre. Estes são os monumentos recentemente inscritos nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, após os respectivos processos de tombamentos terem sido aprovados pelo Conselho Consultivo da SPHAN e homologados pelo Ministério da Educação e Cultura.

O pedido de tombamento do Palácio Laranjeiras e respectivo jardim e de seu acervo móvel foi solicitado pela Secretaria de Estado do Governo do Rio de Janeiro e examinado pelo Conselheiro Alcídio Mafra de Souza, Diretor do Museu Nacional de Belas-Artes. O Palácio é residência oficial do Governador do Estado.

Segundo o parecer de Alcídio Mafra de Souza, o edifício, projeto do Arquiteto Armando da Silva Telles, ''foi executado com grande apuro e riqueza de materiais, entre a primeira e segunda décadas deste século''. Com características estilísticas da arquitetura do fim do século XIX, de um ecletismo afrancesado, no qual se mesclam vários estilos, do Renascimento ao Luís XVI, o imóvel é um dos últimos remanescentes desse tipo de construção. Por ser residência oficial, o Palácio Laranjeiras está protegido pelo Conselho Estadual de Tombamento desde janeiro de 1979, mas segundo o parecer do Conselheiro, ''isso não impede, todavia, o reconhecimento do seu valor e da sua importância histórica e artística, através da inscrição no Livro do Tombo''.

Dotado de um patrimônio de grande valor artístico, o imóvel foi restaurado pelo Governo do Estado. As restaurações procedidas nos elementos de madeira, metal, cristal, luminárias, pintura, douramento, quadros de mestre e alfaias em geral, ''foram magnificamente executadas'', de acordo com o parecer.

Alcídio Mafra de Souza destaca ''dois pontos de importância sócio-econômica, a serem considerados neste edifício tão interessante: primeiro, o fato de que ele pertence a uma época assinalada pela transição entre o fim do trabalho artesanal e o início da Revolução Industrial na arquitetura do Brasil. O segundo ponto é o apogeu de uma burguesia opulenta, que veio substituir a aristocracia rural do fim do Império, já extinta. Grandes fortunas constituíram-se no começo do século''; a família Guinle, à época, destacou-se pela prática de construções suntuosas como o Palácio da Praia de Botafogo, construído por Carlos Guinle, a Casa da Gávea (hoje Parque e Museu da Cidade), construída por Guilherme, entre outras. Eduardo Guinle levou anos construindo o Palácio Laranjeiras e elaborando o parque.

Também aprovado pela totalidade do Conselho foi o pedido de tombamento do prédio que abriga o Colégio Pedro II, feito pelo Presidente da Comissão de História daquele estabelecimento de ensino e reiterado pelo então Secretário de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, Arnaldo Niskier. O relator do processo foi o Conselheiro Pedro Calmon, que, após tecer minuciosas considerações acerca do processo, concluiu pelo tombamento do prédio do tradicional educandário, sem prejuízo de que nele possam vir a ser eventualmente introduzidas obras compatíveis com a sua destinação, desde que com a prévia audiência da SPHAN e que tais obras não afetem, de qualquer modo, o aspecto do salão nobre e da escadaria da velha edificação.


PEDRO LOBO-FNPM

Palácio Laranjeiras.

Situado na Rua Marechal Floriano, 80, o prédio possui, sobretudo, valor histórico, por abrigar uma instituição destinada a atuar como padrão de ensino, a nível nacional; ''peça fundamental na formação cultural de gerações sucessivas''. Como exemplar arquitetônico, trata-se de edifício eclético, de aspecto dominantemente clássico, com fisionomia européia; resulta das transformações porque passou o Seminário de São Joaquim.

Localizado na Avenida Presidente Vargas, 2863, o Hospital São Francisco de Assis teve o seu tombamento aprovado com base em parecer da Arquiteta Dora Alcântara, da Diretoria de Tombamento e Conservação da SPHAN.

Em seu parecer a Arquiteta considera o valor do imóvel sob três aspectos: ''o arquitetônico, por ser ele um dos últimos remanescentes da arquitetura oitocentista de maior vulto, no Mangue; o histórico, pelo lugar que ocupa na história de nossos serviços de assistência pública; e o aspecto dos serviços que lhe cabe prestar, como hospital, nos dias presentes, já que existe uma população ainda bastante carente de atendimento.''

''Do ponto de vista arquitetônico, pensamos também que, sem ser um edifício de excepcional valor, é, ainda assim, um interessante exemplar clássico das últimas décadas do século XIX (...)'', diz Dora Alcântara em seu parecer, no qual tece detalhadas considerações acerca dos aspectos arquitetônicos, históricos e assistenciais do imóvel, recomendando o seu tombamento ao Conselho Consultivo da SPHAN, que, por sua vez, acolheu solicitação nesse sentido do Professor Hélio Aguinaga, Diretor-Presidente do Centro de Pesquisa e Assistência Integrada à Mulher e à Criança.

Após ouvir o relator do processo, o Conselheiro Cyro Illidio C.O. Lyra, o Conselho, por unanimidade, aprovou o pedido de tombamento do Pórtico Central e Armazéns do Porto, em Porto Alegre, feito pelo Arquiteto Júlio Nicolau B. de Curtis, Diretor da 10.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória.

Situado no Cais do Porto (margens do Rio Guaíba, fronteira à Avenida Mauá), o Pórtico Central é um exemplar de arquitetura estruturada em ferro, uma das últimas grandes estruturas metálicas importadas da Europa (1921/22). Destaca-se no fechamento da perspectiva da larga Avenida Mauá. Os Armazéns complementam e dão sentido, bem como escala ao Pórtico.


PEDRO LOBO-FNPM

Colégio Pedro II.

SPHAN 25
próMemória

CONVÊNIO BNH/próMEMÓRIA: OLINDA E SÃO LUÍS, AS PRIMEIRAS CIDADES A SEREM BENEFICIADAS

Olinda (PE) e São Luís (MA) foram as cidades escolhidas para a implantação de dois projetos-piloto que prevêem a aplicação de recursos do Banco Nacional da Habitação em programas de preservação e revitalização de núcleos históricos, etapa que faz parte do acordo de cooperação técnica firmado entre os Ministérios do Interior e da Educação e Cultura, com a interveniência do BNH, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano — CNDU, e da Fundação Nacional próMemória, em fevereiro passado (SPHAN n.º 22, pag. 30).

Os projetos deverão fornecer elementos para a redefinição das normas adotadas pelo BNH, com adequação deste complexo sistema financeiro a um programa de trabalho que envolva imóveis de valor histórico utilizados como habitação. O objetivo, ao término da experiência, é a criação de uma Carteira específica voltada para as ações no campo da preservação do patrimônio cultural e ambiental, que reúna as várias linhas de crédito necessárias e apropriadas. "São várias", explica a arquiteta Vera Bosi de Almeida, da SPHAN/próMemória, "porque estas áreas possuem imóveis nas mais variadas situações em termos arquitetônicos, de conservação e jurídicos, com uma população igualmente heterogênea quanto à situação sócio-econômica, características estas que não poderiam ser atendidas por um programa comum do BNH".

Segundo Vera, a opção simultânea por Olinda e São Luís possibilitará uma análise mais ampla da questão, por tratarem-se de casos bastante diferentes, proporcionando um maior volume de informações para a experiência, e por serem muito representativos do universo com o qual se estará trabalhando.

Monumento mundial, Olinda (SPHAN n.º 23, pág. 1) vem acumulando já importantes obras de recuperação urbana, executadas pelo Projeto Cura, do próprio BNH, a nível de serviços de infra-estrutura básica para a área tombada, fundamentais para a preservação e revitalização do sítio histórico e complementares da intervenção que está sendo proposta. Um inventário técnico realizado na cidade selecionou 387 imóveis importantes em seu centro histórico, sendo que cerca de 100 foram considerados de grande interesse para restauração. Oitenta por cento da população residente é de baixa renda, e, em sua maioria, é proprietária dos imóveis, habitando casas unifamiliares.

São Luís (SPHAN n.º 4, pág. 1), por outro lado, tem 50% dos aproximadamente 900 imóveis de seu centro histórico, usados como habitação, classificados como cortiços: prédios de 2 a 3 pavimentos em precárias condições de uso, sublocados por uma população cuja renda varia de 0 a 3 salários-mínimos. Raros moradores são proprietários. Considerando sua condição de centro histórico ainda ativo, sendo a área visada o próprio centro urbano da cidade, com todas as suas funções específicas, fica evidente a necessidade de uma intervenção imediata.

Além de reunir documentação que possibilite a estruturação do Programa, as atividades desse período experimental deverão ser orientadas principalmente no sentido de melhorar as condições habitacionais da população destes núcleos; redimensionar os imóveis com baixa ou excessiva utilização, aumentando assim a oferta residencial a um custo inferior ao da construção de novos conjuntos; aperfeiçoar os mecanismos jurídico-legais de controle e apropriação dos imóveis nas áreas de interesse; e buscar a integração do Programa com outras ações locais no campo do planejamento, transportes, abastecimento, educação e cultura, saúde e infra-estrutura básica, sempre conjugando o objetivo da elevação do padrão de vida com o da preservação das características físicas, culturais e ambientais dos conjuntos históricos.

Na última reunião entre os órgãos participantes, realizada em 21 de setembro passado, nas dependências do CNDU, em Brasília, o representante do BNH definiu o montante dos recursos que estarão disponíveis de sua parte: cerca de 30.000 UPCs para cada projeto-piloto, suficientes, segundo o cálculo usual de 600 UPCs por família, para recuperar as 387 unidades habitacionais de maior importância em Olinda e as 400 unidades propostas em São Luís.

A composição da Comissão Técnica que coordenará, a nível federal, as atividades de organização dos projetos foi outro ponto acertado na reunião, considerado fundamental para o início dos trabalhos. A SPHAN/próMemória fica representada, na comissão, por Henrique Oswaldo de Andrade, responsável pelo Programa de Cidades Históricas, que ficará com a coordenação dos projetos; e pelas arquitetas Vera Bosi de Almeida e Sylvia Braga Souza; pelo CNDU, foram indicados os arquitetos Pedro Braga Neto, José Reis Saleh e Estevam Strauss Filho; e pelo BNH ficaram como representantes o Gerente da Carteira de Erradicação de Sub-habitação, Gustavo Heck, e a Arquiteta Zilda Santos, estando em aberto ainda a indicação de um 3.º membro.

Os projetos serão executados por entidades estaduais ("Projeto Praia Grande", no caso de São Luís) ou municipais (a Fundação Centro de Preservação dos Sítios Históricos de Olinda, no caso de Olinda), com o apoio das respectivas Diretorias Regionais da SPHAN/próMemória. Como próximo passo, serão realizadas reuniões nos 2 Estados para a definição das equipes locais, que deverão apresentar sua programação e respectivas demandas de recursos ainda neste ano.

CONVENTO DOS MERCEDÁRIOS, EM BELÉM DO PARÁ, VAI SER RECUPERADO

A Secretaria da Cultura do Mec, através da SPHAN/próMemória, e o Ministério da Fazenda, através de sua Delegacia Regional, assinaram no dia 12 de agosto último, em Belém (PA), convênio destinado ao desenvolvimento de um projeto de recuperação do Convento dos Mercedários, monumento tombado em 1941 que está sob a jurisdição do Ministério da Fazenda. Após sua restauração, o Convento receberá as dependências da Delegacia Regional do Ministério, bem como o Centro de Estudos da Borracha, uma espécie de museu sobre o ciclo da borracha na Amazônia. Também será implantado no local um auditório destinado a incrementar as atividades culturais da cidade.

HISTÓRICO

Localizado na área mais antiga da cidade, entre as Ruas 15 de novembro e o Boulevard Castilhos França, o Convento dos Mercedários se reveste de alta significação histórica e arquitetônica. Seu passado remonta ao século XVII, quando foi erguida no local uma pequena ermida, e construída a igreja, de taipa de pilão. No século seguinte, em 1760, o arquiteto-construtor Antônio José Landi intervém no monumento, que sofreria ainda reformas posteriores.

Nos últimos anos, o monumento passou por um sensível processo de descaracterização, em sucessivas obras. Além disso, um grande incêndio, em outubro de 1978, comprometeu seriamente a estabilidade do conjunto por deixar a descoberto várias paredes, o que provocou o desabamento de uma delas, em conseqüência das fortes chuvas características da região.

Serão realizadas prospecções arquitetonicas no convento, no sentido de restabelecer suas linhas originais, e será feito um remanejamento do espaço interior, que apesar de apresentar um estado de conservação física razoável, encontra-se bastante descaracterizado. De acordo com o convênio caberá a Fundação próMemória a elaboração de projetos arquitetônicos completos, além da pesquisa histórica e prospecção, visando a restauração do Convento. Ao Departamento de Administração do Ministério da Fazenda caberá a licitação, contratação e administração da execução da obra, no valor atual de Cr$ 26 milhões.



FERNANDO BIZERRA

O Convento dos Mercedários vai abrigar a Delegacia do Ministério da Fazenda em Belém do Pará e o Centro de Estudos da Borracha, uma espécie de museu.

EMPRESA DOA 10 QUADROS DE PINTORES NACIONAIS AO MUSEU DE BELAS ARTES

A Companhia de Cigarros Souza Cruz doou, no dia 4 de julho último, ao acervo do Museu Nacional de Belas Artes 10 quadros de pintores contemporâneos brasileiros, numa promoção paralela ao lançamento da marca ''John Player Special''. Os quadros abordam o tema *Rio de Janeiro* e foram pintados por Antônio Maia (''São Sebastião do Rio de Janeiro''), Germano Blum (''De Limoeiro para o Rio de Janeiro''), Iaponi Araújo (''O banho da carioca visto do alto do Morro de Santa Teresa''), Ivonne Visconde Cavalleiro (''Trecho da Rua Siqueira Campos''), José Sabóia(''Torcida''), Maria Luísa Serra de Castro (''Carnaval antigo''), Newton Cavalcanti (''Sonho na Guanabara''), Píndaro Castelo Branco (''São Sebastião''), Ronaldo Miranda (''Rio de Janeiro'') e Sandro Donatelo Teixeira (''Quatro visões da Terra'')

Estiveram presentes ao ato de doação o Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, o Subsecretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Irapoan Cavalcanti de Lyra, o Diretor do MNBA, Alcídio Mafra de Souza, e, representando a Souza Cruz, o Diretor de marketing Winter Rose. Todos, ao discursarem, celebraram a união das iniciativas pública e privada no setor cultural. Disse o Secretário da Cultura:

''Não estamos aqui num ato de semeadura, mas de colheita. Concretiza-se uma idéia fixa da Secretaria, a busca da parceria do setor privado. Não apenas nos é impossível realizar tudo com a verba do setor público, como também não é legítimo, pois acreditamos na vida dupla, ou seja, tanto dar como receber da sociedade''.

Marcos Vilaça falou ainda sobre o momento de renovação por que passa o Museu de Belas Artes, que está procurando revitalizar suas instalações físicas, com a criação de um novo ateliê de restauração de óleos, já em funcionamento. Quanto à ''alma'' do Museu — referência aos seus cursos, exposições itinerantes e acervo — disse o Secretário:

''A alma ficou enriquecida com esta doação. Por mim, tiraria o ''belas'' do nome do Museu. Que o MNBA seja um museu também da pintura dos vivos, dos grandes vivos que temos, para que mais tarde não fique um hiato no acervo pela ausência dos pintores do hoje''.

Num encarte intitulado ''Dez pintores e o Rio de Janeiro'', preparado pela Souza Cruz para acompanhar a exposição, o crítico de arte Geraldo Édson de Andrade, Assessor Técnico desta promoção da empresa, faz um breve histórico sobre cada um dos artistas que integram a coleção.

PROJETO

Com a doação ao MNBA de duas telas atribuídas a Rugendas, duas outras do pintor argentino Martin Boneo, e da sua valiosa coleção de jades e pedras duras chinesas, a Embaixatriz Gemina Pereira de Mello Franco inaugurou, no dia 30 de junho último, o Projeto Embaixador Afrânio de Mello Franco Filho.

O projeto, segundo seu Coordenador, o crítico de arte Umberto Cosentino, visa ao enriquecimento do acervo do MNBA através da doação de particulares.

Os dois quadros atribuídos a Rugendas — ''Vista do litoral da Bahia, século XIX'' e ''Vista do bairro do Catete'' — foram adquiridos pela Embaixatriz em Londres. Também muito valiosas, como diz Umberto Cosentino, são as telas do argentino Boneo, representando o Jardim Botânico do Rio de Janeiro e datadas de 1880. Primeiro artista argentino mandado à Europa com bolsa dada pelo Governo, Boneo esteve no Brasil em 1880, quando pintou apenas três quadros. ''Um deles — diz Umberto — foi comprado por Dom Pedro II. Estes, portanto, devem ser os outros dois''.

A coleção de jades e pedras duras chinesas, com cerca de 40 peças, inclui dois raríssimos jades imperiais cor de gema de ouro. Umberto acredita que algumas peças datam do século XVII, ou mesmo de antes, e calcula entre Cr$ 50 e Cr$ 100 milhões o valor estimativo da coleção.

Também através do Projeto Embaixador Afrânio de Mello Franco Filho, a Embaixatriz doou, em carta de 29 de julho passado, ao MNBA os retratos a óleo do Marechal João Crisóstomo Calado e sua mulher, Carolina Juanicó Calado, executados por Joseph Barandier, pintor francês falecido em São Paulo, em 1867. Nascido em Elvas, Portugal, em 1760, falecido no Rio de Janeiro, em 1857, o Marechal Calado tomou parte na Batalha de Ituzaingó (1827), durante a Guerra da Cisplatina, que redundou no reconhecimento da independência do Uruguai (pertencente desde 1821 ao Brasil) pela Convenção do Rio de Janeiro, firmada em 1828 entre o Império do Brasil e a República das Províncias do Rio da Prata.

SEMINÁRIO PROPÕE RENOVAÇÃO NO ENSINO DA HISTÓRIA

Aberto pelo Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vinícios Vilaça, foi realizado em Petrópolis, no Museu Imperial, o Seminário ''Uso Educacional de Museus e Monumentos'', de 4 a 9 de julho passado, com o apoio da Caixa Econômica Federal (SPHAN n.º 22, pág. 34).

Com a participação de 70 pessoas, divididas em 52 seminaristas, 16 monitores, e os Professores ingleses Patrick Redssel e Allison Heath, especialistas da área de educação patrimonial na Grã-Bretanha, o Seminário lançou a proposta de renovação nos métodos tradicionais do ensino da História e propôs uma abertura para a investigação nessa parte da Educação até então pouco trabalhada — a Educação Patrimonial.

A pergunta básica que determinou a proposta de trabalho feita aos participantes foi: Como e por que levar a criança a voltar os olhos para o passado? A maneira de levar essa criança a sentir que o passado também é a sua história é o objeto de pesquisa desenvolvida há mais de uma década pelos museus e órgãos educacionais de todo o mundo e discutida talvez pela primeira vez, no Seminário de Petrópolis.

Planejado como um curso prático o Seminário ''Uso Educacional de Museus e Monumentos'' teve a finalidade de conscientizar, preparar e treinar professores, técnicos em educação e cultura, museólogos e educadores para a utilização dos museus, arquivos, monumentos históricos, artísticos e ecológicos como recursos educacionais no seu aspecto mais amplo.

ARQUEOLOGIA: próMEMÓRIA E UFRJ FIRMAM CONTRATO

A Fundação Nacional próMemória e a Universidade Federal do Rio de Janeiro firmaram contrato visando à realização do Projeto de Pesquisas em Arqueologia Pré-Histórica brasileira, segundo o qual a UFRJ vai executar pesquisas arqueológicas pré-históricas em território nacional, com a finalidade de adquirir um maior conhecimento das culturas pré-cabralinas através de pesquisas de campo, análise em laboratório e interpretação do material coletado.

De acordo com o contrato assinado, o acervo arqueológico encontrado em razão da execução do projeto será da propriedade da próMemória, mas destinado ao uso e guarda da UFRJ, ficando todas as peças sob sua responsabilidade para os efeitos de manutenção e conservação por prazo indeterminado. Por sua vez, a próMemória se obriga a examinar os relatórios técnicos do projeto que lhe forem apresentados e cadastros de todos os sítios arqueológicos detectados no decorrer dos trabalhos.

Ainda segundo o acordo, a UFRJ se obriga a fornecer toda e qualquer informação sobre o andamento do projeto, sempre que assim o desejar a próMemória, bem como permitir a supervisão direta nos trabalhos por técnico credenciado. Para a execução do projeto a próMemória alocou recursos da ordem de dois milhões de cruzeiros, que serão liberados de uma só vez. Assinaram o contrato Marcos Vinícios Vilaça, pela Fundação Nacional próMemória, e o Reitor da UFRJ, Professor Adolpho Polillo.

SPHAN 25
próMemória

TOMBADA NO RECIFE A TORRE DO ZEPPELIN

A Torre de Atracação do dirigível Graff Zeppelin, situada em Recife (PE), única existente no Brasil, e provavelmente no mundo, teve seu tombamento homologado em 28 de julho último pelo Governador do Estado, Roberto Magalhães, em solenidade que contou com a presença do Secretário da Cultura do MEC, Marcos Vilaça, e de outras autoridades. A indicação do conjunto foi feita pela FUNDARPE — Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco — ao Conselho Estadual de Cultura, que concedeu o tombamento da torre e de um entorno de 84.000 m², no Campo de Jiquiá, local de pouso da aeronave, na década de 30.

O "MAIS LEVE QUE O AR"

Primeiro transporte áereo transoceânico de passageiros, e responsável pela manutenção da linha regular pioneira dessa natureza entre o Brasil e a Europa, o Graff Zeppelin pousou na América do Sul pela primeira vez no dia 22 de maio de 1930, em Recife, cidade escolhida por sua posição geográfica estratégica em relação ao continente europeu. Recebido por cerca de 15.000 pessoas (foi decretado feriado pelo Conselho Municipal), a partir de então seus pousos quinzenais transformaram-se em acontecimentos sociais de grande público, até a suspensão das viagens, em 1937.



ARQUIVO SPHAN

O Estado custeou a montagem da torre de ferro para atracação, de uma usina para a produção do gás que sustentava a aeronave, com equipamentos trazidos da Alemanha, e de um pavilhão com alojamentos, estação de rádio e demais dependências de apoio. Também forneceu gratuitamente água, luz elétrica e cerca de 200 homens para cuidar da atracação do dirigível, bem como um contingente policial para isolar o campo, quando necessário. Esse interesse, registrado na imprensa da época, se dava pela importância atribuída a esse meio de transporte, que veio modernizar as ligações entre os dois continentes.

A atual torre, construída no Campo do Jiquiá, não é a original, armada em 1930, que cedeu por estar num terreno alagadiço. Segundo a documentação reunida, a segunda torre foi levantada cerca de quatro anos após a primeira, já com as inovações então disponíveis.

Sua estrutura funciona com um sistema telescópico, tendo cerca de 19 metros de altura, que duplicavam, quando em uso. O dirigível prendia seu pólo anterior na torre içada, durante a manobra de atracação, e pousava sobre um "trolley" que corria sobre um trilho circular com 175 m de raio, que permitia o posicionamento do Zeppelin contra o vento, durante a decolagem.

Esse tipo de aeronave mais leve que o ar tinha forma de um balão alongado, solidamente estruturado em alumínio coberto por pano prateado, e todo o conforto de um autêntico transatlântico para os seus 24 passageiros (no caso do Graff Zeppelin). Era preenchido por hidrogênio, altamente inflamável, e movido por quatro hélices propulsoras. As viagens comerciais com os Zeppelins encerraram-se em 1937, após o acidente com o gigantesco "Hildemburg", que se incendiou durante o pouso, nos Estados Unidos, matando 36 pessoas.

MUSEU REÚNE ACERVO SOBRE O ABOLICIONISTA JOAQUIM NABUCO

Num sobrado construído no período de 1874 a 1877, e que pertenceu ao Comissário do Açúcar Francisco Ribeiro, encontra-se instalado atualmente, o Museu Joaquim Nabuco, com acervo iconográfico e documental, doado pela família do abolicionista à Fundação Joaquim Nabuco da Secretaria da Cultura do MEC.

De influência francesa e portuguesa em sua construção, o casarão do Museu Joaquim Nabuco, situado nos jardins do edifício-sede da FUNDAJ, na Avenida Dezessete de Agosto, 2187 — Casa Forte (Recife), contém quatro grandes salas, sendo que uma delas, no térreo, abriga a Galeria de Brasileiros Ilustres, com 51 retratos a óleo, de autoria do pintor Balthazar da Câmara.

Ainda no térreo, uma sala foi reservada para reproduzir o estilo de vida do século XIX, quando viveu Joaquim Nabuco. O mobiliário data daquela época e, entre outras peças expostas, destacam-se um espelho que pertenceu à Viscondessa de Livramento e uma "namoradeira" — um conjunto de quatro cadeiras colocadas de tal maneira que os namorados da época conversavam diante dos pais da moça, e que pertenceu ao então Governador da Província, Estácio Coimbra.



JOSENILDO FREIRE FUNDAJ

Namoradeira, conjunto de cadeiras em estilo colonial, destaque do mobiliário do Museu Joaquim Nabuco.

No andar superior estão as peças, documentos e fotos relativos a Joaquim Nabuco e à sua principal atividade: a luta pela abolição dos escravos. São fotos suas (aos 8 e aos 15 anos, depois como Embaixador do Brasil), de seus familiares, da casa onde nasceu, na Rua da Imperatriz, e do seu túmulo, no Cemitério de Santo Amaro, além de fotos do Engenho Massangana, onde passou alguns anos de sua infância, de abolicionistas que formavam o Clube do Cupim e ainda fotocópias de documentos e jornais da época com assuntos relativos ao abolicionismo.

O museu é aberto nos seguintes horários: terças, quartas e sextas-feiras das 11 às 17 horas; quintas das 8 às 17 horas; sábados, domingos e feriados, das 13 às 17 horas.

A Fundação Joaquim Nabuco desenvolve uma programação destinada aos alunos do 1.º e 2.º graus das escolas recifenses, públicas ou privadas, para visitação não somente ao Museu Joaquim Nabuco, mas também ao Museu do Homem do Nordeste e à Galeria Massangana, todos dentro da mesma área verde que constitui o jardim ecológico da FUNDAJ. Às quintas-feiras os escolares tem visitas orientadas a esses centros culturais, desde que a direção de sua escola faça a reserva com antecedência, por escrito ou através de um telefonema.

BOLETIM SPHAN/próMEMÓRIA RECEBE PRÊMIO DA UNIÃO BRASILEIRA DE ESCRITORES

Em meio a solenidade realizada na sede da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro (RJ), a 26 de agosto passado, a União Brasileira de Escritores entregou diplomas de "Mérito Cultural" a várias instituições, publicações e personalidades que se destacaram nos diversos campos da cultura no país, em 1983. O Boletim SPHAN/próMemória foi "considerado unanimemente, entre outros valores culturais, digno do prêmio pelo seu constante e eficiente labor em prol da cultura brasileira", segundo a Secretária-Geral da UBE, Stella Leonardos. A União Brasileira de Escritores comemora este ano seu 25.º aniversário de fundação e é presidida, atualmente, pelo escritor João Fagundes de Menezes.

Tendo como objetivo principal dar ampla divulgação aos projetos e atividades da SPHAN/próMemória, através da veiculação de opiniões, entrevistas, reportagens e notícias, assim como de atividades de outras entidades que tenham como objeto de trabalho o bem cultural, o Boletim atinge um público-leitor extremamente diversificado, compreendendo instituições e pessoas vinculadas a atividades culturais, não só no campo da preservação patrimonial, como também na área da produção cultural, e ainda, bibliotecas públicas e privadas, estudantes e professores de diferentes níveis, arquitetos, engenheiros, antropólogos, sociólogos, etc. O Boletim SPHAN/próMemória circula a nível nacional e internacional, atingindo principalmente os países da América Latina.

A premiação ao Boletim coincidiu com seus 4 anos de circulação. Publicado bimestralmente desde julho/agosto de 1979, inicialmente com uma tiragem de 3.000 exemplares, o Boletim tem aumentado constantemente sua tiragem — 8.000, 12.000 e 18.000 exemplares, atualmente — diante do crescente interesse do público. Com isso, cresce a cada dia o número de correspondência endereçada especificamente para a publicação, solicitando maiores informações sobre o trabalho desenvolvido pela SPHAN/próMemória, números anteriores, inclusão na listagem de assinantes, parabenizando a iniciativa, sua qualidade gráfica e, principalmente, o seu conteúdo, e ainda sugerindo assuntos a serem abordados. Todos esses fatores reunidos demonstram o principal benefício (e objetivo) do veículo: despertar na opinião pública a consciência pela importância da preservação do Patrimônio Cultural do país.

VISITA DE TÉCNICO PREPARA SEMINÁRIO SOBRE PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE FOTOGRAFIA

O Núcleo de Fotografia da FUNARTE promoverá no início de 1984 um seminário sobre preservação de fotografia. Com a finalidade de organizar o evento, o especialista brasileiro Sérgio Burgi, atualmente cursando o mestrado em Conservação, Preservação e Restauração de Materiais Fotográficos no Instituto de Tecnologia de Rochester, Nova Yorque (EUA) e estagiando simultaneamente no laboratório de conservação do Museu Internacional de Fotografia da mesma cidade, percorreu em agosto passado os principais acervos fotográficos do país — em Recife, Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Ijuí e Caxias do Sul — detectando seus problemas.

O seminário é um desdobramento do Projeto de Preservação e Pesquisa da Fotografia, que tem como objetivo identificar fotos antigas, fornecer informações a nível técnico e, paralelamente, proporcionar o uso dessas fotos como fonte histórica, visando a elaboração de trabalhos e sua publicação. A carência de técnicos em restauração de fotografia no Brasil, um país tropical onde a umidade associada ao calor propicia a formação de fungos que atacam o material fotográfico, levou o Núcleo de Fotografia a buscar especialistas no exterior para, através de palestras e aulas práticas, formar no país um grupo de restauradores.

O primeiro passo para a concretização do seminário foi a visita de Sérgio Burgi ao Brasil. No dia 18 de agosto, o especialista esteve em Brasília, participando da II Semana Nacional de Fotografia promovida pela FUNARTE. Sérgio Burgi, juntamente com o Prof. João Sócrates, do Curso de Museologia da USP e responsável pela montagem do Laboratório de Preservação de Fotografia do Arquivo Nacional, apresentou o tema "A Permanência dos Materiais Fotográficos". De 29 de agosto a 1.º de setembro o fotógrafo deu um curso sobre preservação de fotografia histórica para técnicos da Secretaria da Cultura do MEC, arquivistas e participantes do Projeto Preservação e Pesquisa da Fotografia, no laboratório de restauração de papéis da Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro. De posse dessas informações, esses técnicos poderão participar com mais proveito do seminário que Burgi está encarregado de organizar, preparando sua pauta e identificando, no exterior, os especialistas adequados a desenvolvê-la.

AGÊNCIAS BANCÁRIAS EM PRÉDIOS HISTÓRICOS: SEC FIRMA MAIS DOIS CONVÊNIOS

A exemplo do que foi feito recentemente com o Banco do Brasil e o Banco do Nordeste do Brasil (SPHAN nº 23, págs.7,8 e 18), a Secretaria da Cultura do MEC firmou convênios com o Banco Bamerindus e com o Banco Nacional do Norte, visando uma maior concentração de esforços na luta pela preservação e conservação do acervo cultural do país.

Os acordos assinados estabelecem que quando da instalação de novas agências dos bancos conveniados, em núcleos históricos brasileiros, será dada preferência a imóveis tombados ou não pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ficando as referidas instituições encarregadas da restauração e responsáveis pela sua preservação.

O convênio com o Bamerindus foi assinado em Curitiba, entre o Secretário da Cultura, Marcos Vinícios Vilaça, e o Presidente do Bamerindus, José Eduardo Vieira, sendo este o primeiro banco da rede particular do país a aderir a esse tipo de iniciativa.

SPHAN 25
próMemória

EM RESTAURAÇÃO, IGREJA MATOGROSSENSE DO SÉCULO XVIII

As obras da 3.ª etapa de restauração da Igreja Sé de Sant'Anna do Sacramento, localizada na cidade de Chapada dos Guimarães (MT), permitiram aos técnicos envolvidos nos trabalhos uma importante revelação: a descoberta de covas sob o piso da nave principal do monumento. Para o Professor Jorge Belfort Mattos Junior, da cadeira de História da Universidade Federal de Mato Grosso, o fato "foi uma surpresa para muitos da cidade, e muito importante, porque chamou a atenção da população para a Igreja e sua importância histórica". Analisando o "Livro de Batismos e Óbitos" da Igreja, Jorge Belfort concluiu que os túmulos datam de 1824 a 1860.

As obras da Sé de Sant'Anna do Sacramento, executadas através da 8.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, constam de serviços complementares, como a feitura do piso de tabuado largo da nave principal e de mezanelas (ladrilhos de barro cozido), nas alas laterais, restauração de esquadrias, execução de um novo sistema elétrico e pinturas gerais. As demolições dos pisos de ladrilhos hidráulicos da nave do templo permitiram a descoberta de mezanelas que, no entanto, estavam sem condições de recuperação. O projeto previa o rebaixamento do nível do piso da nave e, durante as escavações, foram descobertos os túmulos. Apenas na nave, existem cerca de 80 covas. Os técnicos da 8.ª DR estimam que devem existir pelo menos mais 60 túmulos, em outras áreas do templo (capela-mor, sacristia e consistório).



JOSÉ LEME GALVÃO JR./FNPM

Vista lateral da Igreja Sé de Sant'Anna do Sacramento, localizada em Chapada dos Guimarães (MT). O templo passa por obras de restauração.

HISTÓRICO

A povoação de Chapada dos Guimarães teve origem na Missão de Santa Ana, fundada em 1751 pelo jesuíta Estevão de Castro. No local denominado Aldeia Velha, Estevão de Castro erigiu, ainda em 1751, uma capela coberta de palha, com 3 alteres para abrigar as imagens de Santa Ana com a Virgem, Santo Inácio de Loyola e São Francisco Xavier. Em 1758, por ordem da Corte, os jesuítas foram obrigados a se retirar e, então, as aldeias missionárias ascenderam a paróquias. Desse modo, a Capela de Santa Ana adquiriu as prerrogativas de Matriz.

O plano e a iniciativa de construir "uma grande Igreja em lugar da primitiva palhoça", coube ao Juiz de Fora de Cuiabá, Dr. José Carlos Pereira. Em 1779, acompanhado de vários artífices, verificou a existência de madeiras apropriadas e suficientes nas matas da região; as obras foram iniciadas em maio e concluídas em julho e a 31 de julho e 1.º de agosto foram realizadas a benção do local, a 1.ª missa solene, a procissão que transladou as imagens para o novo templo, bem como festejos gerais.

Construída quase 20 anos após a expulsão dos jesuítas, coberta de telha, rebocada e caiada, com capela-mor, sacristia e casa para os párocos, a Igreja teve o seu frontispício (em taipa), arruinado pelas chuvas que caíram ao final do ano de 1779, mais tarde refeito em pedra tapanhuacanga. Foram ainda incorporados à Igreja os seguintes acréscimos: "duas torres na fachada, um corredor em cada lado da nave, forros de tábua por cima e por baixo, três altares de retábulo, três ordens de grades para o arco da capela-mor, para o cruzeiro da Igreja e para o coro-tribunas, coonfessionários e guarda-pó, por estar aquela Igreja com a frente para o norte, de cujo vento é muito açoutada".

Em 1781 foi concluída a obra projetada, faltando somente o douramento dos altares, arco, talhas e pinturas do forro, tendo sido contratado o pintor João Marcos Ferreira, do estado de Goiás. Em 1783, mais uma vez as fortes chuvas que caem na região prejudicaram o templo, derrubando a parede da capela-mor que firmava o retábulo do altar. O conserto foi feito, assim como a construção de uma nova parede para melhor proteger a Igreja das águas do Sul.

Chapada dos Guimarães chegou a atravessar fase de grande prosperidade como Empório Agrícola de Cuiabá, situando-se em 1867 o início de sua decadência. Para isso concorreram "as incursões dos índios, a Guerra do Paraguai, a epidemia de varíola e, por fim, a abolição", segundo pesquisa realizada pelo Professor Carlos Francisco Moura, publicada em 1979 pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional da UFMT, sobre a Igreja Sé de Sant'Ana do Sacramento. O trabalho do Prof. Carlos Moura reúne uma extensa bibliografia e elementos fundamentais que permitiram a reconstituição esquemática da construção. Segundo a pesquisa, apesar de terem ruído as duas torres, a imponência e a boa proporção do templo são ressaltadas em diversas oportunidades, e graças à "solidez de sua construção e feliz situação em que se acha colocada..." chegou até os dias de hoje como um dos edifícios mais representativos do século XVIII em Mato Grosso.

A Sé de Sant'Anna do Sacramento continuará sendo utilizada para culto religioso, depois de restaurada, e sob a manutenção da Paróquia local. A última etapa de recuperação da Igreja constará do agenciamento da área externa para valorização visual do monumento e da restauração de elementos artísticos.

RESTAURADOR ENSINA EM PARATY A CONSERVAR OS DOCUMENTOS

No período de 4 a 31 de julho último, o restaurador Luiz Carlos Alves Serrano, dos quadros da 6.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, ministrou em Paraty (RJ) um curso aberto de Conservação e Restauração de Documentos para uma clientela de 20 pessoas recrutadas na própria comunidade. Além de uma pequena parte teórica, o curso versou em 50 horas os temas Patrimônio Histórico, Memória Nacional e conscientização para a conservação de Paraty.

Durante as aulas práticas, foram realizados, dentre outros, trabalhos de restauração de duas litografias representando Dom Pedro II, pertencentes ao acervo da Santa Casa, revelando-se a existência de uma terceira obra, após retirada a cola que fixava uma delas a suporte de papelão. Realizaram-se ainda trabalhos de restauração de outra litografia do mesmo Dom Pedro II, pertencente à Prefeitura, e limpeza manual, com uso de trinchas, de documentos manuscritos dos séculos XIX e XX, os quais foram desacidificados e acondicionados com acetato de celulose. Gravuras já apodrecidas foram imunizadas e coladas em novos suportes.

Os alunos são servidores da Prefeitura local, Secretaria de Turismo, Instituto Histórico, Conselho da Paróquia, Colégio Estadual CEMBRA, Fórum, Sociedade de Amigos de Paraty, da Santa Casa e do DNOS. Todos eles avaliaram positivamente o curso, apesar das deficiências de espaço e materiais.

Paralelamente ao curso foi lançada a campanha *Uma comunidade salva sua memória* e elaborado para divulgação um pequeno manual de "Normas para Conservação de Documentos".

"O importante não é ser restaurador", afirma Luiz Carlos Serrano no relatório do curso. Mas sim "aprender a conservar documentos".

O curso representa a continuidade de um projeto que começou em agosto de 1982 e prosseguirá em nova fase de trabalho comunitário, orientado por aquele técnico.

CAMPANHA DIVULGA PATRIMÔNIO EM SACOS DE SUPERMERCADOS

Idealizada pela Secretaria da Cultura do MEC, foi iniciada no dia 28 de julho último, no Recife, uma campanha de divulgação e conscientização das comunidades de oito Estados brasileiros para a questão patrimonial, através dos sacos de compras dos Supermercados ''Bom Preço'' — trata-se da reprodução, nessas embalagens, de vários monumentos tombados notáveis, juntamente com os dizeres: ''A comunidade é a melhor guardiã de seu Patrimônio Cultural'', e o crédito ''MEC/SEC/SPHAN/próMemória — Bom Preço''. Os sacos com a mensagem estão sendo distribuídos em todas as lojas do ''Bom Preço'', cuja rede abrange os Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo e São Paulo. A campanha deverá, futuramente, ser estendida a todo o território nacional, através de outras cadeias de supermercados.

A promoção faz parte da filosofia de trabalho da Secretaria da Cultura do MEC, segundo a qual ''um bem cultural só deve ser preservado se puder ser devolvido à população a que pertence'', nas palavras do Secretário Marcos Vinícios Vilaça. ''Pretende-se com essa iniciativa — diz o Secretário — despertar ainda mais a responsabilidade coletiva na preservação dos nossos bens culturais''. A Igreja de Nossa Senhora do Carmo, no Recife, foi o primeiro monumento escolhido para ser estampado nos sacos.

O lançamento oficial da campanha foi realizado na sede dos Supermercados ''Bom Preço'', na Avenida Caxangá, na capital pernambucana, e contou com as presenças do Secretário Marcos Vilaça, do Diretor Superintendente do Grupo Paes Mendonça, João Carlos Paes Mendonça, de representantes do Museu da Abolição, da Fundação Joaquim Nabuco e da 4.ª Diretoria Regional da SPHAN/próMemória, além de personalidades locais ligadas à área cultural.

cartas

ATENÇÃO

''(...) Pude comprovar ao longo destes quatro anos o quase que total abandono por parte dos órgãos oficiais de nossa cidade. Inclusive pouco há a ser preservado, uma vez que a maior parte das construções dos séculos XVI-XVII está por terra.

''Como leiga, mas interessada pelo valor de nossas origens, eu peço a este órgão atenção pelos nossos monumentos.

''Se Santos não é uma Ouro Preto representa, entretanto, marco de nossa História e como tal, creio eu, mereceria ser mais valorizada (...)''. Eliane Moreno Dias — Santos (SP).

NR — Concordamos com V.Sa. ao afirmar que, apesar de não ser uma Ouro Preto, Santos tem o seu lugar na História deste país, e, portanto, merece, sem dúvida alguma, a atenção dos órgãos responsáveis pela preservação do Patrimônio Cultural do país. Não somente Santos, como também os demais núcleos históricos do país. Esta seria a situação ideal.

No entanto, diante da amplitude do acervo cultural brasileiro, aliada à escassez de recursos orçamentários destinados à preservação dos bens culturais, a SPHAN/próMemória vê-se na impossibilidade de executar o ideal, isto é, restaurar todos os monumentos importantes do país, que são milhares. Por isso mesmo, o órgão é compelido a otimizar esses recursos, definindo prioridades na área de restauração. Isso não significa, porém, que Santos não seja importante para os técnicos da instituição, apenas que outros núcleos estão a merecer maior atenção devido à precariedade da conservação de seus monumentos.

PEDIDO

''(...) Conhecendo o vosso trabalho, gostaria de estar, sempre que possível, atualizado através das vossas publicações. Desta maneira, tenho interesse em receber o boletim informativo SPHAN/próMemória, do qual possuo até o número 22 janeiro/fevereiro 1983, se possível em duas vias, e as publicações da SPHAN, em especial a intitulada *Bens Móveis e Imóveis* inscritos nos Livros do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional''. Arquiteto Paulo Pontes Correia Neves — Diretor do Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Município de Ouro Preto — Ouro Preto (MG).

NR — No momento em que a presente edição estiver circulando, V.Sa. já deverá ter recebido os números 23 e 24 do Boletim SPHAN/próMemória, correspondentes, respectivamente, aos bimestres Março/Abril e Maio/Junho, que sofreram atraso em sua publicação. Em correspondência datada de 5 de agosto último, atendemos o seu pedido relativo ao envio do livro citado em sua carta.

Cartas para:
Fundação Nacional próMemória, Programa de Comunicação, Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K — CEP: 70.710 — Brasília (DF). Por motivo de espaço as cartas podem ser publicadas resumidamente.

Produzido pela Coordenação das Atividades de Comunicação da Fundação Nacional próMemória.

Editor responsável
Maria de Lourdes Castro Oliveira

Editor chefe
Marcus Vinicius De Lamonica Freire

Redação
Marcus Vinicius De Lamonica Freire
Maria da Graça Nobre Mendes
Ulisses Lacava Bigaton

Revisão
Maria da Graça Nobre Mendes

Diagramação e Arte-Final
Rosival Batista Arruda